



UFPB

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARITONIA OLIVEIRA BARROSO DE SOUZA

CONTRIBUIÇÕES DA CAMPANHA *DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER* AO CAMPO TEÓRICO-PRÁTICO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

**JOÃO PESSOA
2023**

MARITONIA OLIVEIRA BARROSO DE SOUZA

CONTRIBUIÇÕES DA CAMPANHA *DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER* AO CAMPO TEÓRICO-PRÁTICO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito final para conclusão do Curso de Pedagogia no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara

JOÃO PESSOA
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729c Souza, Maritonia Oliveira Barroso de.

Contribuições da campanha de pé no chão também se aprende a ler ao campo teórico-prático da gestão democrática da educação / Maritonia Oliveira Barroso de Souza. - João Pessoa, 2023.

67 f. : il.

Orientação: Marcos Angelus Miranda de Alcantara.
Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação popular. 2. Gestão democrática. I. Alcantara, Marcos Angelus Miranda de. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37.018.8(043.2)

MARITONIA OLIVEIRA BARROSO DE SOUZA

CONTRIBUIÇÕES DA CAMPANHA *DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER* AO CAMPO TEÓRICO-PRÁTICO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito final para conclusão do Curso de Pedagogia no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Aprovado em 09 de novembro de 2023

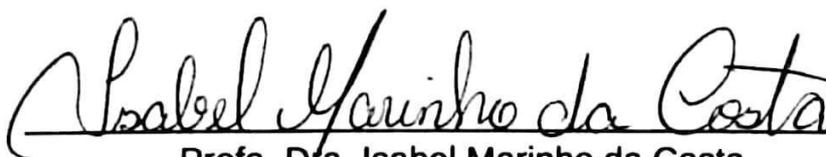
Banca Examinadora



Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara

DHP/CE/UFPB

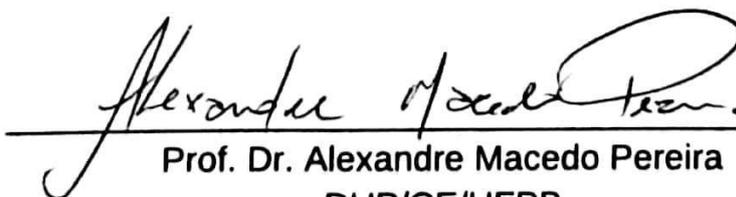
Orientador



Profa. Dra. Isabel Marinho da Costa

DME/CE/UFPB

Examinadora 1



Prof. Dr. Alexandre Macedo Pereira

DHP/CE/UFPB

Examinador 2

DEDICATÓRIA

A Deus,

autor de tudo e de todos.

A Nossa Senhora das Graças,
mediadora de todas as graças em
minha vida.

A São Miguel Arcanjo,

que unido ao céu lutou comigo e me colocou
de pé ante as dificuldades enfrentadas em minha vida.

Ao meu amado esposo Luiz Germano,
companheiro, amigo e incentivador de todos os meus sonhos,
minha retaguarda orante e forte.

Aos meus filhos : Íthalo Germano e Melissa Mykaella,

Obrigada por sempre compreenderem minha ausência.

A minha mãe Maricélia e minha irmã Michelline, por sempre dizer
que eu iria conseguir.

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor de tudo e de todos que sempre me conduziu e direcionou nos melhores caminhos em todo meu percurso acadêmico.

À beata Chiara Luce, que me fez rezar durante toda minha graduação em forma de jaculatória uma das frases mais lindas e profundas que é: “Jesus, Se tu queres, eu também quero. E deste modo, foi me admoestando sempre quando necessário. Levo para minha vida essa frase!

Ao meu esposo amado, Luiz Germano, minha retaguarda protetora e amorosa, meu maior incentivador e braço direito nas questões que envolviam tecnologia.

Aos meus filhos: Íthalo Germano e Melissa Mykaella. Por todo amor, motivação e incentivo em todo esse trajeto acadêmico, entendendo que o meu sonho em ser Pedagoga refletirá positivamente em toda nossa família, como também, por compreenderem que o sacrifício da ausência, também pode render frutos doces.

À minha mãe Maricélia, minha irmã Michelline que sempre me encorajaram e torceram pela realização desse sonho.

À minha amiga-irmã Izis Inês Medeiros (minha “parêa” na graduação), com você esse percurso foi mais leve, amo-a como uma irmã de sangue. Agradeço a Deus por sua vida e parceria em todos os momentos da minha vida nos últimos quase cinco anos e se Deus quiser por toda vida. Nossas mãos nunca se soltaram nessa graduação!

À minha amiga Jeanne Viana, que entre altos e baixos nesse trajeto acadêmico não soltamos as nossas mãos, você também tem um lugar especial em meu coração.

À Raquel e Francisco, filha e esposo de Izis, que sempre me ajudaram com muita generosidade. Gratidão!

À Cibelly Michalane, minha prima-irmã, minha inspiração educacional. mulher forte e encantadora, que sempre me encorajou na busca por conhecimento e qualificação.

À Joyce Pontes, minha amiga e psicóloga que esteve comigo bem antes de todo esse trajeto. Você me ajudou a perceber o quanto é potente os nossos sonhos e se eu lutar, conseguirei tudo que almejar.

À minha tia-mãe Normandia (tia Lora), por sempre ser amorosa, rezar por mim e

me defender sempre que preciso.

À Antônia Angelina (minha mãe do coração) e Aleucio (meu pai do coração, in memória). Agradeço a Deus por tudo que vocês fizeram em minha vida, por me considerarem sua filha, cuidando, rezando e zelando sempre por minha integridade. Dentro de mim tem muito de vocês.

A Alexandre Soares e Rivanda Monteiro, meus grandes amigos desde a minha adolescência, que sempre motivaram-me a sair da zona de conforto e constantemente atualizam-me sobre assuntos educacionais como também rezam por mim a Deus.

Aos meus sogros José Raimundo (seu Dedé) e Maria de Fátima (in memória), por todo apoio e ânimo durante a graduação.

Ao Professor Marcos Angelus Miranda de Alcantara (meu orientador), por compartilhar seus conhecimentos e provocar em mim a curiosidade pela Gestão Democrática e resultar na produção do meu trabalho de conclusão de curso. Gratidão!

À professora Quézia Vila Flor, por toda sua doçura, competência e compromisso com a Educação de Jovens e Adultos. Você é fonte inspiradora para mim e para muitos na academia.

À professora Marinez Kunz, mulher forte, doce e sensível aos anseios de seus discentes. Obrigada por contribuir tão lindamente em meu percurso na academia. Amo-te como uma amiga que ganhei na minha graduação.

À professora Maria Azeredo, por sua maestria ao ensinar matemática e sua atenção individualizada a todos que a solicitam. Gratidão por sua contribuição na Universidade.

À professora Isabel Marinho, por sempre apresentar o estágio como uma oportunidade única de vivências e aprendizagens.

Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática (Freire, 2001, p. 58).

RESUMO

Este trabalho analisa as contribuições da *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler* para o debate atual sobre gestão democrática da educação. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa empreende uma reflexão sobre o legado educacional da *Campanha* no processo pedagógico, político e administrativo por meio da literatura, bem como acerca do princípio da gestão democrática da educação, quanto às estratégias de abordagem do objeto de análise, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental. A técnica de análise empregada nos dados coletados dos textos-fonte é a análise de conteúdo (Bardin, 1977). Os dados foram organizados em três categorias de análise: administração/gestão; educação, alfabetização e educação popular; participação democrática. Vimos que a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, desenvolveu uma proposta de educação feita para e com o povo, sobretudo, àquelas historicamente à margem da sociedade. Sua perspectiva progressista, que promovia a participação popular não somente no cotidiano da sala de aula, mas em sua organização político-pedagógica, em diálogo com a educação popular, deixa um importante legado para os debates atuais acerca da gestão democrática da educação.

Palavras-chave: Educação Popular; Gestão Democrática; Campanha de Pé No Chão Também Se Aprende A Ler.

ABSTRACT

This paper analyzes the contributions of the Foot on the Ground Also Learning to Read Campaign to the current debate on democratic management of education. From the theoretical-methodological point of view, the research undertakes a reflection on the educational legacy of the Campaign in the pedagogical, political and administrative process through literature, as well as on the principle of democratic management of education and the strategies for approaching the object of analysis, this is a qualitative, documentary research. The analysis technique used in the data collected from the source texts is content analysis (Bardin, 1977). The data were organized into three categories of analysis: administration/management; education, literacy and popular education; democratic participation. We have seen that the Foot on the Ground Also Learning to Read Campaign, developed a proposal for education made for and with the people, especially those historically on the margins of society. Its progressive perspective, which promoted popular participation not only in the daily life of the classroom, but also in its political-pedagogical organization, in dialogue with popular education, leaves an important legacy for the current debates about the democratic management of education.

Key-words: Popular education; democratic management; The Feet on the Ground Also Learn to Read Campaign.

LISTA DE SIGLAS

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

PPP – Projeto Político Pedagógico

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

CF/88 – Constituição Federal de 1988

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

IPEA – Instituto de Pesquisas Avançadas

EJA – Educação de Jovens e Adultos

MCP – Movimento de Cultura Popular

MEB – Movimento de Educação de Base

CPC – Centro Popular de Cultura

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

DDC – Diretoria de Documentação e Cultura

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ANPAE – Associação Nacional de Professores da Administração Escolar

MEC - Ministério da Educação e Cultura

AP - Ação Popular

SME - Secretaria Municipal de Educação

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

CME - Conselho Municipal de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 OS PORQUÊS DE UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DAS CONTRIBUIÇÕES DA CAMPANHA DE PÉ NÃO NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER PARA O CAMPO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO.....	11
1.2 CONTRIBUIÇÕES DA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER PARA O CAMPO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO PROBLEMA DE PESQUISA.....	23
1.3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO TRABALHO.....	25
2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS ACERCA DO OBJETO DA PESQUISA.....	27
2.1 NOTAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER.....	27
2.2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL E PEDAGÓGICO.....	34
2.3 PESQUISA DOCUMENTAL E ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA.....	38
3 CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER E O PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO.....	42
3.1 ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO.....	42
3.2 EDUCAÇÃO, ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR.....	46
3.3 PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetivou, por meio de levantamento bibliográfico, analisar as contribuições da *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler* para o campo teórico da gestão democrática, como também, observar o legado educacional do seu processo político-pedagógico. A partir da história desse movimento popular, esta pesquisa visa contribuir com os debates contemporâneos sobre gestão democrática da escola pública.

1.1 OS PORQUÊS DE UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DAS CONTRIBUIÇÕES DA CAMPANHA DE PÉ NÃO NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER PARA O CAMPO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Inicialmente o interesse sobre a temática da *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler* sobreveio na disciplina de História da Educação II, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), momento em que foram trabalhadas diversas temáticas no referido componente curricular, sempre enfatizando o itinerário da Educação no Brasil. Deste modo, Chamou-me atenção em determinados pontos apresentados no que se refere às Campanhas de Educação no Brasil num período anterior ao golpe civil-militar de 1964, apontando estruturas diferenciadas de organização e prática pedagógica, e em especial a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, possibilitando a compreensão de como a educação pode e deve desalienar os sujeitos, como cita Freire (2011, p. 15), em seu livro *Ação Cultural: para a liberdade e outros escritos*:

para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta. Não é um problema estritamente linguístico nem exclusivamente pedagógico, metodológico, mas político, como a alfabetização por meio da qual se pretende superá-lo [...].

Freire cita acima, que só por meio da educação e conscientização ocorreria uma consciência política, colocando em evidência a realidade social injusta da qual grande parte da população na época viveu. Salienta-se que por ter sido trabalhada a referida temática na disciplina, foi possível o acesso a alguns textos e

posteriormente, adquirir outros livros de Paulo Freire que é considerado Patrono da Educação Brasileira (Lei 12.612, de 13 de abril de 2012), suscitando auto questionamentos pertinentes sobre a educação e o lugar histórico de cada indivíduo na sociedade.

A referenciada campanha encabeçada por Djalma Maranhão¹, mostrou que foi possível fazer educação com poucos recursos que dispunham em união com colaboradores, estudantes universitários e professores, alcançou, a classe menos abastada da sociedade, conseguindo alfabetizar em nível mais elementar, cerca de vinte mil crianças sem contar com os adultos, segundo Maranhão (2011).

Cabe enfatizar ainda, que através da disciplina de Gestão Educacional, surgiu o interesse mediante os conteúdos abordados em sala de aula, unir as duas temáticas tão importantes ao campo educacional, desenvolvendo de acordo com seus materiais disponibilizados uma organização em todos os passos da referida campanha que vão desde as estratégias de instituir a mesma na cidade de Natal/RN até a organização da gestão escolar dessa escola democrática, como explicita Góes (1980, p. 66):

na Campanha, o Círculo de Pais e Professores vai abrir um espaço político muito importante. Mais adiante, esse assunto será retomado, ficando, desde já, registrada a sua evolução num processo de crescimento-amadurecimento. Em abril de 1962 já existem 14 Círculos de Pais e Professores, que são vistos como “em vias de ampliação; reúnem-se mensalmente e têm como função aproximar aqueles que mais de perto podem influir na educação da criança, indo mais além, na organização dos grupos que, devidamente coordenados, serão uma verdadeira força atuando, sobre a estrutura social do bairro [...].

A partir da disciplina de gestão educacional, foi realizado estágio em grupo em uma escola municipal na cidade de João Pessoa/PB (modo remoto), sendo demandado observar a gestão escolar e se a mesma possuía características democráticas. A partir desta experiência, foi construído um plano de ação em observância ao projeto político pedagógico (PPP), como também se a escola atendeu aos requisitos de uma gestão democrática. Na ocasião, o objeto de estudo do grupo era a merenda escolar, baseada na destinação das verbas pelo Programa

¹Djalma Maranhão foi o primeiro prefeito eleito por votação direta na cidade de Natal/RN, com 66% dos votos, no ano de 1960.

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Mas, o que chamou atenção foi a abrangência da disciplina em questão, sobressaltando o interesse futuro em atuar na referida área após conclusão da graduação, apesar da compreensão da necessidade de uma visão menos confusa entre os próprios profissionais da área de educação que muitas vezes ainda trabalham com a estrutura de divisão de tarefas, hierarquizando cargos e burocratizando os processos dos quais a escola requer a construção da sua própria singularidade no que se refere às bases de uma gestão democrática coerente.

A gestão escolar democrática para Silva (2020), tem o papel de promover a ligação e escuta com toda comunidade escolar, propiciando uma melhor vivência educacional e dialógica entre as partes na promoção de uma autonomia escolar eficaz, descentralizando a figura da instituição escolar, evidenciando a necessidade da participação ativa de todos nesse processo educacional, rompendo barreiras e atravessando os muros das escolas e indo ao encontro de toda comunidade escolar, para que assim ocorra a garantia que toda comunidade seja ouvida. Mesmo compreendendo que o princípio da gestão democrática só foi efetivado em forma de lei a partir da Constituição Federal de 1988 (Art. 206, Inciso VI) e à legislação consecutivamente, a mesma foi considerada como constituição cidadã, reforçando seu caráter democrático ao corpo da lei, segundo Santiago (2009), frisando que a execução dos trabalhos devem ser baseados no princípio da democracia.

No que se refere a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, a gestão empreendida na mesma, dispunha de dinamismo e organização em distribuir e desenvolver procedimentos pedagógicos de forma democrática e participativa, assemelhando-se à gestão democrática atual, ressaltando que no período em vigor da campanha, sua gestão foi exercida efetivamente para o pleno desenvolvimento e a participação maciça de todos envolvidos. Visto que, a mesma não hierarquizava seus cargos, mas, todos tinham vez e voz, tudo era colocado em comum para o conhecimento de todos, aproximando pais e responsáveis em suas práticas e ações elaboradas pelos organizadores, tornando assim, um corpo educacional forte e unido nos mesmos ideais.

De acordo com a lei, buscou-se apresentar fontes legais que amparasse a gestão democrática no que se refere a sua importância no percurso do desenvolvimento da educação, tal como, sua relevância na esfera social, política e legal.

Cabe notar que o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), diz que a educação é “[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Desta maneira, antes da Constituição Federal brasileira de 1988, direitos eram negados ou suprimidos, a não obrigatoriedade colocava a maioria da população à margem de qualquer serviço social, em especial a educação, pois, no momento de desenvolvimento da campanha a população em sua grande maioria era analfabeta, trabalhavam em subempregos para garantir sua sobrevivência.

Com a Constituição Federal de 1988, aos poucos esse cenário foi se modificando timidamente, mas, reafirmando a necessidade de direitos em virtude que a educação é um direito social de cada cidadão, tal como o acesso e a permanência no ambiente escolar dessas pessoas era um desafio a ser enfrentado pelos entes públicos, pois a estrutura político-social não favorecia a classe trabalhadora, tendo em vista às longas jornadas de trabalho, difícil acesso à escola, má alimentação, falta de merenda nas escolas, baixos salários e outros fatores traçavam perfis daqueles que desejavam sair do analfabetismo mas que, em sua grande maioria, o sistema não permitia.

Dessa maneira, a criação da gestão democrática contribui efetivamente para o desdobramento e desenvolvimento da escola e comunidade escolar, trabalhando coletivamente em prol do pleno funcionamento e desenvolvimento do espaço escolar e conseqüentemente dos estudantes. É o que reforça o artigo 14, da Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Deve-se destacar a importância da execução correta da gestão democrática para a escola, pois é por meio da mesma que a escola adquire mecanismos para gerir financeira, institucionalmente e democraticamente, garantindo assim, uma gestão participativa, possibilitando ações que beneficiem não só o corpo docente, mas também toda comunidade escolar. Da mesma forma, é muito importante incluir

a comunidade escolar na construção do projeto político pedagógico (PPP), traçando metas, objetivos e diretrizes na escola, especificando a função de cada um dos membros e suas responsabilidades ante os desafios e percurso de construção e efetivação do projeto político pedagógico.

Mesmo percebendo que a lei em algumas situações não seja suficiente para o cumprimento de modo eficaz da aplicação na escola pública da gestão democrática (regime colaborativo), a não adesão da mesma promove a burocratização dos processos e a centralização do diretor como detentor de todas as demandas da escola, reflexo da sociedade que insiste em reproduzir a hierarquização dos cargos. Vale ressaltar que as instituições escolares que adotam a gestão democrática, constroem caminhos democráticos favorecendo toda comunidade escolar, consolidando por meio da participação e conscientização de cada membro do seu papel nessa estrutura.

Corroborando com o desenvolvimento e estruturação da gestão democrática das escolas públicas foi criado em 1962 o Plano Nacional de Educação (PNE), pelo Conselho Federal de Educação, atendendo a solicitação da Constituição Federal de 1946 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. Mas só a partir da Constituição Federal de 1988 sua estrutura começou a tomar forma por meio da lei nº 10.172/2001, e posteriormente, a lei nº 13.005/2014 (em vigor), ambas de caráter decenal e regime colaborativo, voltado para a política educacional da qual direciona metas, diretrizes e estratégias no que se refere a política educacional. A lei nº 13.005/2014 descrita no PNE, em sua meta 19, ratifica e objetiva a importância da gestão democrática como:

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

De acordo com a Meta 19, a gestão democrática uma vez instituída, tem prazo de dois anos para sua plena efetivação, mesmo caracterizada com teor colaborativo estruturalmente, a mesma desenvolve objetivos e metas a serem cumpridas, das quais em um intervalo de dez anos é fomentada a possibilidade e condições para a execução e prática das propostas.

O PNE evidencia como primordial a qualidade do ensino e os recursos destinados para tal em todas as esferas da educação, bem como, melhores condições de salários ao corpo educacional, melhorias nas infraestruturas das escolas, dentre outros. Mesmo apresentando um tempo considerável, sua estrutura colaborativa de certa forma impede a consumação das suas 20 metas por completo, tão importantes para a educação, seu desenvolvimento e sobretudo para toda sociedade. Alguns pontos do PNE merecem destaque por sua difícil concretização, pois a ordenação pública e política da sociedade ainda resiste e posterga quase sempre no cumprimento das atribuições por ela exercida, refletindo não só na educação mas em todas as áreas da sociedade.

O artigo 206 da Constituição Federal de 1988, traça um panorama mais detalhado dos direitos, garantias e princípios que a educação no Brasil dispõe, com base na Constituição Federal de 1988, da qual a mesma é considerada como uma constituição cidadã por seu olhar mais atento às necessidades da população, em especial na educação por conceber diretrizes com o intuito de estabelecer parâmetros legais para sua execução e condução:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação da EC 53/2006) VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela EC 53/2006) IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela EC n. 108/2020).

Portanto, a função da gestão democrática na forma da lei, vem em muito somar a essa nova perspectiva de estruturação da educação no Brasil, pois, por intermédio da mesma, a educação desenvolveu garantias e um padrão de qualidade a ser seguido, tornando-se gratuita, livre e plural em seu saber, artes e ideias. Igualmente nas concepções pedagógicas e desenvolvimento das pesquisas, o respeito às diversidades, servindo como aperfeiçoamento do desenvolvimento intelectual e coletivo de cada indivíduo na sociedade ao longo da vida. Evidenciando

a necessidade de uma parceria com todo corpo educacional, da permanência na escola desses alunos e a busca por um currículo adequado à realidade dos mesmos, pois uma educação respaldada na forma da lei torna-se mais eficaz sua aplicação em âmbito escolar.

Em consonância com os artigos supracitados, é necessário destacar também a importância do artigo 214 da Constituição de 1988, no qual a mesma reforça a ação de seus princípios, estrutura e organização da educação alcançando todas as suas etapas. Enfatizando o seu regime colaborativo com a intenção de manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis em união com os poderes públicos nas mais diferentes esferas federativas. Do mesmo modo, é necessário enfatizar o artigo 212, o qual refere-se à destinação e percentual de aplicação para a educação aos entes públicos.

[...] A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Isso posto, é a destinação do referido recurso à educação, priorizando o atendimento das necessidades do ensino obrigatório, certificando com isso o padrão de qualidade e universalização no exercício pleno da cidadania nos termos nacionais da educação de acordo com artigo referenciado. Essa disposição, é desenvolvida pela gestão ao chegar na escola, que organiza tais recursos na tentativa de destinar os mesmos de forma mais equilibrada, de acordo com a realidade das instituições escolares.

Diante da argumentação em torno da temática apresentada, a pesquisa justifica-se por sua relevância à sociedade, não apenas para a educação, mas também porque através dela marcos legais foram instituídos e aplicados, proporcionando um contexto histórico diferenciado do antes e depois da aplicação e execução da lei. Como também, por perceber uma lacuna existente na exploração acadêmica do tema, constatando-se a viabilidade da investigação do mesmo, tal como, a possibilidade de disseminar conhecimentos sobre a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler* na perspectiva da gestão democrática. Evidenciando que a supracitada campanha trouxe uma proposta eficiente de

autonomia e participação dos sujeitos no processo ensino-aprendizagem em níveis mais elementares, uma vez que, o processo educacional desenvolvido por seus integrantes era de aproximação à sua realidade, renovando com isso, a dinâmica da educação, mola precursora do desenvolvimento educacional, histórico, social, político. Eliminando a antiga pedagogia de apenas depositar informações no aluno (Pedagogia bancária) tão combatido por Paulo Freire (2017), citado em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, e conseqüentemente romper com a não promoção de debates e questionamentos sobre os conteúdos abordados, dando a oportunidade ao aluno do pensar crítico, autônomo e questionador.

No percurso da formação acadêmica no que tange a nossa graduação, foi imprescindível observar a significância do tema para a profissão, face à sociedade e ambiente educacional da qual é geradora de conhecimentos teóricos e práticos, essenciais a todo educador em formação ou já formado. Oportunizando, deste modo, na aplicação o lugar dos sujeitos críticos e participativos promovedores da referida campanha, que outrora viveram à frente do seu tempo facultando ensaios para uma nova visão pedagógica que de tão atual, poderei usufruir e pôr em prática. Tornando-a válida e significativa na participação efetiva na gestão democrática das escolas em contribuição para a construção e desenvolvimento da mesma.

A contribuição da *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler* na esfera acadêmica ocorreu por meio de projetos, pesquisas de teses, artigos dentre outros. Estabelecendo assim, uma conexão de saberes, com o intuito de aprofundar-se nas especificidades, e seguir interessada a desenvolver mecanismos de debates e reflexões acerca do tema, proporcionando uma maior aprendizagem para discentes e docentes. Lançando luz sobre um tema de 1961 extremamente atual, apontando características com a atual Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O quadro a seguir apresenta uma síntese da produção acadêmica datada de 1981 a 2020 do qual converge com o objeto de estudo em questão, reforçando a significativa relevância da temática na esfera acadêmica.

ANO	AUTOR	TITULO	OBJETO	LINK
1981	Germano, José Wellington	De pé no chão também se aprende a ler: política e educação no Rio Grande Do Norte, 1960-1964.	O presente trabalho tem como principal objeto de investigação a Campanha "De pé no Chão Também se Aprende a Ler.	https://hdl.handle.net/20.500.12733/1577914
2005	Oliveira, Roselia Cristina de.	Falas silenciadas: relatos de mulheres/educadoras sobre a campanha de pé no chão também se aprende a ler.	A unidade de referência principal desta pesquisa se constitui das falas desses cinco sujeitos participantes do referido projeto.	https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18324
2008	Leite, José Evangilmárisson Lopes.	Em nome da ordem: a Prefeitura Municipal de Natal como espaço da sub-versão.	O presente trabalho tem como objetivo analisar a maneira pela qual a Prefeitura Municipal de Natal foi construída como espaço da subversão.	https://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFRN_e5a97e94644a29af8d94bf212353237e
2011	Spinelli, Pablo Cruz.	O livro de leitura da campanha de pé no chão também se aprende a ler/RN: um estudo dos pressupostos histórico-culturais. 2011.	Este trabalho é um estudo sobre os pressupostos históricos e culturais inseridos nos conteúdos de alfabetização da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler	https://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFRN_6f2489ba09fc95b2da2eb21b63444489
2015	Aquino, Fernanda	O cotidiano da	Objetivo geral do	https://

	Mayara Sales de	formação de professores/as da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler	trabalho: compreender como se dava o cotidiano da formação docente da Campanha De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler (1961-1964).	repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20459 .
2017	Teixeira, Walkyria de Oliveira Rocha	A educação profissional na campanha de pé no chão também se aprende a ler: De pé no chão também se aprende uma profissão.	O intuito é o de promover o reconhecimento desse movimento de educação e cultura popular de Natal/RN, do início da década de 1960, como uma política pública educacional	http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1530
2018	Pranto, Aliny Dayany Pereira de Medeiros	Os acampamentos da campanha “De pé no chão também se aprende a ler” e as relações dialógicas com a comunidade local.	Este trabalho analisa as relações dialógicas ocorridas entre as comunidades locais dos bairros das Rocas e Quintas e os acampamentos escolares da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”,	https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26789

			em Natal, Rio Grande do Norte	
2019	Marques, Berenice Pinto	Os direitos à cidadania no governo de Djalma Maranhão (1956-1964). 2019.	Objeto de estudo o universo simbólico de direitos sociais e de igualdades políticas do Plano de Erradicação do Analfabetismo e da Campanha de Democratização da Cultura.	https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_baa64a98a50c1f0f6245df1e9cbdf747
2020	Silva, Jeane Lopes da.	Conselhos Escolares: por uma alfabetização democrática.	O objetivo é apresentar os conselhos escolares circunscritos na rede pública de ensino do município de Natal-RN como escolas de alfabetização democrática.	https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/29175

Fonte: biblioteca digital de teses e dissertações

Teixeira (2017), incluída na tabela acima, apresenta uma abordagem voltada para a Educação Profissional da *Campanha de Pé no Chão Também se aprende a Ler* em uma perspectiva do reconhecimento da mesma por sua característica de educação e cultura popular da cidade de Natal-RN. Em sua dissertação de mestrado a autora discorre sobre pontos relevantes da campanha tratando dos movimentos sociais e políticas educacionais voltadas para profissionalização dos educandos das década de 1950 a 1960 , trazendo falas pertinentes de Freire sobre a importância da educação na construção do indivíduo, seguidamente, discorre sobre o cenário mundial do qual a década de 1960 apresentava com toda sua conjuntura e sua forte

influência no Brasil, ocorreu uma criminalização de tudo aquilo que era advindo das classes populares. Dando continuidade, a autora também aborda os temas dos passos iniciais da campanha, levantando questões sobre o analfabetismo em Natal-RN, destacando as fases da *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*.

Pranto (2018), também presente na tabela acima, versa em sua tese de doutorado sobre Os Acampamentos da *Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”* e as relações dialógicas com a comunidade local. A mesma também faz menção ao cenário político, econômico e social do Brasil na década de 1960 em meio a todo antagonismo e desmonte da educação do qual a autora cita, assim como a expansão dos movimentos sociais e as iniciativas no combate ao analfabetismo no Brasil, é destacado a memória e o silenciamento dos participantes da campanha por conta do golpe civil-militar com seu regime totalitarista, e culminando com o fim do regime democrático de direito e, conseqüentemente, a referida campanha.

Silva (2020), em sua dissertação de mestrado, enuncia em seu objeto de estudo os conselhos escolares: por uma alfabetização democrática. E de modo objetivo disserta no que concerne aos ciclos de cultura e sua pedagogia libertadora, ressaltando a importância de criar novas formas de relação educador/educando por meio de trocas de saberes e atividades grupais, traço referencial da cultura popular. Enunciando o legado da *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, nominando como o esforço de participação política pela via da educação. A mesma, identifica ainda a necessidade da formação de conselhos escolares como efetiva do espaço democrático, ressaltando a importância da transparência e objetividade da gestão democrática na escola pública. Sucessivamente, a autora, desenvolve a temática dos conselhos escolares e alfabetização democrática, e a importância da escola no aprendizado da democracia, e, por fim, em sua dissertação são oportunizados testemunhos de professores, os quais relatam experiências no campo da educação e da gestão democrática, contribuindo por intermédio de suas vivências na construção e promoção de uma gestão democrática mais aproximada com o dia a dia do chão de escola, salientando os desafios e conquistas no cotidiano escolar desses professores, seus gestores e toda comunidade escolar através de seus relatos, acima descritos.

1.2 CONTRIBUIÇÕES DA CAMPANHA *DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER* PARA O CAMPO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO PROBLEMA DE PESQUISA

A finalidade dessa pesquisa constituiu em buscar identificar e perceber no Brasil, especificamente na região Nordeste os benefícios da *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, na perspectiva da gestão democrática, iniciada na década de 1960 na cidade de Natal-RN, pelo então candidato à prefeitura Djalma Maranhão. Do qual, pretendia como ponto central atingir objetivamente os analfabetos das periferias, e assim, erradicar esse elevado índice, tanto na infância, juventude e fase adulta, existente na época. Tornando sua proposta como característica estrutural para esse levante educacional, uma vez que, naquele momento na perspectiva de Maranhão (2011), seria a primeira votação direta para prefeito da cidade, e a oportunidade de renovação educacional era acertada para ocasião, confirmada com sua vitória nas urnas, com 66% de votos, sendo empossado em cinco de novembro de 1960. Porém, ao assumir a prefeitura, Djalma Maranhão depara-se com a falta de recursos impossibilitando-o por pouco tempo a execução do seu plano de governo na área da educação.

Tomado por um espírito renovador em concordância com Maranhão (2011), Djalma que era defensor da participação popular em todas as esferas da política juntamente com seus duzentos e quarenta comitês nacionalistas, materializou e organizou um trabalho grandioso de conscientização política, surtindo efeito positivo, levando assim, a uma adesão consciente e participativa do povo. Afirmando que a educação é necessária a cada cidadão, validando o seu olhar visionário, pois, o mesmo inspirava-se na educação popular de Paulo Freire, da qual favorece a autonomia, desalienação e criticidade dos sujeitos. Refletindo esse pensamento central, Djalma Maranhão tinha a preocupação em conseguir alfabetizar o maior número possível de pessoas de modo eficaz e rápido. Ao fazermos um comparativo com o tempo atual, a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler* assemelha-se com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), sobretudo no que se refere ao seu público alvo que em sua maioria era composto por pessoas que não conseguiram concluir os estudos nas idades próprias.

E para alcançar esse público objetivamente, era necessário uma aproximação com a realidade simples desses sujeitos, a qual:

Em 1961, construíram-se dois Acampamentos ou Pavilhões: o do bairro das Rocas e do Carrasco. Em 1962, mais sete situados nos bairros periféricos das Quintas, Conceição, Granja, Nova Descoberta, Nordeste, Aparecida e Igapó, totalizando nove, que cobriam os limites da cidade. A criança pobre não tinha necessidade de deslocar-se para uma região distante de sua residência. E o mais importante, não exigia uniforme nem sapato para aqueles que a frequentavam. (Maranhão, 2011)².

A desobrigação de fardamentos e calçados de certa forma deixavam aqueles sujeitos mais a vontade, sentindo-se parte principal do processo, pois, a sociedade propende a julgar e excluir todos aqueles que não estão inseridos no “padrão determinado”, seja ele por suas vestimentas, classe social, etnia, dentre outros aspectos. Como também, a possibilidade dos mesmos colaborarem no desenvolvimento e estruturação dos ambientes de estudo de acordo com suas profissões e aptidões, tornando-os igualmente importantes e necessários na organização e montagem dos ambientes. Motivando-os cada vez mais a permanecerem neste local que lhes soa familiar, acolhedor e agradável.

Corroborando com Maranhão (2011), foi criado o título da campanha baseado na realidade desse povo sofrido e excluído, denominado de: *De Pé no Chão Também se Aprende a ler*, apresentando ao indivíduo uma oportunidade de inserção no universo educacional, dentro de suas possibilidades sociais e desenvolvendo no mesmo um pensamento crítico, autônomo, e conhecedor dos seus direitos e deveres.

Ainda em unidade com Maranhão (2011), Natal (1963, p. 05), declara que o nome da campanha nascera de uma reportagem do jornalista Expedito Silva, comunicando sobre o programa de educação popular iniciado em Natal, do qual afirmava que “de pé no chão também se aprende ler”, destacando que a educação agora não era privilégio de poucos, pois, todos teriam acesso a escola, sem fardas, com qualquer roupa, até mesmo sem calçados. Assim pergunta-se: Quais constructos são perceptíveis, sob o prisma da gestão democrática para as práticas pedagógicas a partir da *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, em Natal/RN na década de 60? Ao buscarmos uma resposta nesse primeiro momento, é percebido o fato de que ao proporcionar a autonomia e pensamento crítico ao indivíduo, aproximando-o da sua realidade (característica marcante de Paulo Freire

² Disponível em: <https://vermelho.or.br/2011/02/24/50-anos-da-campanha-de-pe-no-chao-tambem-se-aprende-a-ler/>> Acesso em: 20 de Julho de 2023.

e da sua pedagogia de educação popular), esse cenário vai de encontro aos pensamentos totalitaristas e opressores impostos pelo governo da época da qual a campanha foi realizada. A campanha lutava contra essas estruturas hegemônicas existentes da cidade de Natal/RN, derivando com isso, a princípio, a ação forte do povo em prol da promoção de uma educação mais acessível e desalienadora a todos, mas, com o golpe civil-militar de 1964, esses mesmos motivos levaram a sua extinção, a marginalização dos movimentos sociais e a todos que estivessem diretamente ligados a ele.

1.3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO TRABALHO

No capítulo 1, introduzimos este trabalho analisando as contribuições da *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler* para o campo teórico da gestão democrática. Observando seu legado educacional no processo pedagógico da campanha por meio da literatura, versando produções acadêmicas datadas de 1981 a 2020, do qual seus objetos de estudo convergem com o atual trabalho. Ratificando sua significativa relevância na esfera acadêmica, assim como, refletindo no campo da gestão democrática suas contribuições para a campanha, evidenciado como problema de pesquisa, apontando os benefícios ocorridos no nordeste em especial em Natal/RN, devido a sua estrutura educacional emancipatória e da promoção da autonomia por via da educação.

No capítulo 2, trazemos as considerações teórico metodológicas acerca do objeto de pesquisa, dialogando com elementos historiográficos dos quais descrevem o cenário nacional naquele período. Destacando as experiências educacionais de caráter popular ocorridos nessa época, como também, demarca esses trajetos histórico, político e social no Brasil, detalhando as oito fases da campanha , sua contribuição ao campo educacional, caracterizando-se como um espaço socioeducativo com características de lugar de formação política e cultural. Ressaltando que é possível promover a educação para o povo, por intermédio de uma visão democrática, participativa e com autogestão em sua organização, traço marcante da campanha. Da mesma forma que desenvolve questões relacionadas à gestão democrática como princípio constitucional e pedagógico, evidenciando seu

percurso histórico, social e político. Bem como, especificidades referentes aos tipos de gestão, até a chegada da democratização do ensino público no Brasil em 1988. E por último, é trabalhada a pesquisa documental e análise de conteúdo como meio de aproximação do objeto de pesquisa.

No capítulo 3, destacamos os resultados e discussões sobre a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler* e o princípio democrático da educação, analisando as seguintes categorias: administração/gestão; educação, alfabetização e educação popular; participação democrática. Discorrendo sobre a expressa ação do poder público no combate ao analfabetismo em Natal/RN, na administração do então prefeito Djalma Maranhão, em união com sua equipe e o povo. Tornando a referida cidade num local de efervescência político-cultural, mostrando que era possível fazer gestão da educação com compromisso, visão emancipatória e crítica. Como cita Natal (1963, p. 04), “ uma experiência de educação de massas”. Desta maneira, foi trabalhado esses elementos como forma de reflexão teórica constitutivas aplicados na campanha evidenciando suas contribuições, e do mesmo modo, refletindo sobre a gestão democrática nos dias atuais.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS ACERCA DO OBJETO DA PESQUISA

O capítulo em questão inicia dialogando com elementos historiográficos acerca da *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, demarcando um percurso histórico, político e social, nos espaços socioeducativos, em seus processos de aprendizagem, diálogo e escuta do qual permeavam a referida campanha, tornando-a uma escola de caráter democrático. Como também, desenvolve questões em relação à gestão democrática como princípio constitucional e pedagógico, destacando também seu percurso histórico, social e político. Assim como, particularidades envolvendo os tipos de gestão até a democratização do ensino público no Brasil. E por fim, apresenta a pesquisa documental e análise de conteúdo em contribuição ao desenvolvimento do objeto de pesquisa.

2.1 NOTAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER

Na década de 1960, de acordo com Germano (1989), observou-se uma série de experiências educacionais de caráter popular que ensejaram a promoção da alfabetização no Brasil. Neste viés, a cidade de Natal/RN, sinalizava um movimento contrário ao sistema educacional apresentado nas escolas públicas da época. A *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, que inicialmente se chamava Movimento Educacional, nasceu em fevereiro de 1961, trazendo em pouco tempo, no ano de 1963, um rico conteúdo pedagógico, por meio do livro de leitura de alfabetização de adultos. Por se tratar de algo inovador, foram firmadas alianças, entre a direita e a esquerda política, visto que, o principal interesse de Djalma Maranhão era acabar com o analfabetismo.

O cenário educacional de Natal era extremamente desolador, mediante o aumento da população e o número de escolas públicas primárias retrocederem, limitando oportunidades às classes menos favorecidas de ingressar e permanecer na escola, utilizando o analfabetismo como processo de exclusão, ou uma “inclusão excludente”. É o que afirma Germano (1989, p. 93):

A situação educacional do município era dramática, o número de escolas públicas regredia ao longo dos anos, ao invés de aumentar. Basta ver que os onze grupos escolares que há vinte anos atrás funcionavam na cidade estavam reduzidos, em 1961, a dez unidades de ensino. Da mesma maneira, o número de 'escolinhas' mantidas pela prefeitura decrescera de 120 em 1958 para 86 em novembro de 1960, e tinha mais de 30.000 analfabetos (adultos e crianças) sem escola.

Nesse contexto, fica claro o tamanho da adversidade que a administração do prefeito Djalma Maranhão tinha pela frente. Esse desafio não se configurava apenas financeiramente e estruturalmente, mas, e principalmente, de conscientização dos gestores públicos, em geral, da necessidade das reformas de base em atenção a esse público especificamente, identificando e articulando possíveis soluções que iam da aproximação com os mesmos (escutando os anseios), a uma educação com propósito, objetivo e finalidades educacionais, estimulando gradativamente esses sujeitos e aproximando-os cada vez mais de sua realidade, situando-os como sujeitos históricos nesse processo de alfabetização.

No início, foram instaladas trezentas escolinhas, sinalizando a primeira das oito fases que sucederam a promissora campanha. Nesse primeiro momento, são as crianças das áreas periféricas as primeiras beneficiadas com a campanha, e posteriormente seus pais e/ou responsáveis, caracterizando-os como jovens e adultos. Na ocasião de 1958, o então prefeito de Recife, Miguel Arraes e de Natal Djalma Maranhão, com inspiração em Paulo Freire e sua proposta pedagógica, se fortalecem no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, visto que, o referido Congresso reintroduz uma reflexão sobre o social na elaboração das idéias pedagógicas, preparando-os posteriormente na consolidação de suas propostas educacionais, unida com as forças populares e democráticas presentes no nordeste, sobretudo em Recife e Natal, tornando-se fundamental nesse período, juntamente a outros movimentos como o Movimento de Cultura Popular (MCP); a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*; Movimento de Educação de Base (MEB); o Centro Popular de Cultura (CPC), dentre outros. Apresentando como principal característica a aproximação da realidade dos sujeitos, pois possuíam uma linguagem inclusiva para aqueles considerados excluídos da sociedade, inserindo-os em uma aprendizagem com noções na esfera social, política e cultural (Góes,1980)

Góes (1980), demarca um percurso histórico, político e social acerca da

Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler (1961 a 1964), por intermédio do I Congresso Nacional de Alfabetização e Cultura popular (Recife) e o Documento brasileiro a Conferência Interamericana de Ministros de Educação (Bogotá), na tentativa de reconstruir as oito fases da campanha e seus desdobramentos até a sua extinção em 1964, por ocasião do Golpe civil militar de 1964.

O autor descreve a contribuição ímpar que a campanha trouxe à cidade de Natal-RN, e, posteriormente, a outras cidades beneficiadas com os profissionais participantes da campanha, fazendo um detalhamento sobre as oito fases da mesma, da qual a sua primeira fase é iniciada pelas escolinhas, a segunda fase o acampamento escolar. É nessa fase a criação do nome da Campanha, advinda da reportagem do jornalista Expedito Silva, que relata a democratização do ensino municipal, como também a vinculação dos acampamentos a organizações populares e lideranças culturais do bairro.

Na terceira fase é evidenciada o ensino mútuo, reflexo da mobilização popular em torno da erradicação do analfabetismo na cidade. A quarta fase aponta para as praças de cultura, destacando o intercâmbio da campanha com o Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife na administração de Miguel Arraes³, inclusive a última parte de inserção das escolinhas na cidade. A quinta fase versa sobre o Centro de Formação dos Professores, que funcionava em três níveis, referente à formação, capacitação e valorização dos profissionais de educação, sobretudo, os polivalentes, considerados o cérebro da campanha.

A sexta fase, é o início da aplicação do Sistema Paulo Freire à *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão*, descrita como “a evolução da educação acadêmica para a educação para o trabalho” (Góes, 1980, p. 58), com viabilização de recursos iniciais a essa fase. A sétima fase, configurou-se como a de interiorização da campanha, indicando sua consolidação na cidade e ampliando parcerias com diversos prefeitos do interior para adoção de um planejamento único da educação.

A oitava fase é descrita como a escola brasileira construída com dinheiro brasileiro, onde recursos foram direcionados à campanha e por conta disso, as escolas passaram a apresentar estruturas de alvenaria sem substituir a escola de

3 Miguel Arraes foi prefeito de Recife de 1960 a 1962, e tornou-se governador do estado em 1963, seu mandato foi interrompido pelo golpe civil-militar de 1964. Conforme documento disponível em: https://blogs.diariodepernambuco.com.br/arraes100anos/project/a-construcao-do-mito/?doing_wp_cron=1698250722.9941790103912353515625.

palha do início da campanha. Nesse ponto, Djalma Maranhão diferenciava-se do governo de Aluizio Alves (por receber recursos norte-americanos), e a campanha de Natal era financiada com dinheiro brasileiro. Até a sua extinção, em 1964⁴, datava de mais de 17 mil alunos inscritos.

Outros aspectos sobre a campanha foram evidenciados de acordo com Góes (1980), como é o caso da engenharia escolar, envolvendo pontos como a orientação pedagógica (feita a partir das necessidades essenciais); crescimento quantitativo (atenta-se ao crescimento e suas variações); pesquisa (detecção de problemas e oferecimento de soluções); círculo dos pais e professores (abertura de espaço político importante); merenda escolar (neutralização de evasão escolar); custos (baixíssimos por aluno, equilíbrio orçamentário); política cultural (aproximação da cultura por meio de artistas da localidade e espaços culturais).

Na medida em que a campanha se desenvolvia, mais aspectos conjunturais se moldavam à mesma. A busca pela erradicação do analfabetismo trazia aos envolvidos na campanha atribuições das quais fortaleciam cada vez mais sua estrutura organizacional. O convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e outras instituições trouxe significativa contribuição na educação de adultos. E esses alunos em 1963, exigiram uma nova formulação pedagógica, necessitando de professores capazes de trabalhar seu nível cultural baseado no livro de leitura para adultos com a intenção de desenvolver a educação por meio da cultura. É necessário destacar o caráter inovador da campanha, rompendo com padrões pré-estabelecidos na sociedade quando constrói escolas de palhas e chão batido e não obriga os alunos a utilizarem vestimentas padronizadas. Visto que, obrigá-los provocaria afastamento do programa e essa não era a intenção.

Aquino e Pinheiro (2019) destacam a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, objetivando discutir sobre os espaços socioeducativos da campanha, pontuando que a mesma caracteriza-se como lugar de formação política e cultural, envolvendo toda comunidade nos processos de aprendizagem e escuta sensível que perpassam as salas de aulas, evidenciando esse processo como um ato político associado ao contexto cultural. As autoras pontuam meios informais de educação (através de fontes documentais de pesquisa) para explicar melhor o contexto da

4 Em 1964 foi dado o golpe civil-militar no Brasil e todas as ações e manifestações populares foram barradas. Pessoas foram presas por subversão ao governo, alguns deles exilados. Como é o caso do prefeito Djalma Maranhão, Moacyr de Góes, Paulo Freire e várias outras pessoas envolvidas em movimentos sociais no Brasil. A ditadura no Brasil durou de 1 de abril de 1964 a 15 de março de 1985.

educação popular nesses espaços socioeducativos promovidos na campanha na cidade de Natal-RN, por perceberem características organizacional e estrutural, situando-a em um contexto de comunidade de aprendizagem no Brasil.

É destacado por Aquino e Pinheiro (2019) o importante papel de Djalma Maranhão como prefeito de Natal-RN e a aplicação de sua política de democratização da cultura a partir da criação da Diretoria de Documentação e Cultura (DDC), da qual desenvolveu trabalhos de resgate da cultura popular e valorização por meio da arte e suas manifestações, remetendo-se a um ato educativo social, que possibilitou a compreensão de como as políticas públicas podem promover aprendizagens perpassando as salas de aula, assim como, um ato social, internamente ligado ao contexto social. Esse contexto em um espaço tempo constrói por imersão uma abordagem Freireana dialógica como solução contra a opressão e exclusão de determinado segmento da sociedade e a relação que esses sujeitos constroem viabilizando uma comunidade impulsionadora por diversos meios de aprendizagem.

Na gestão de Djalma Maranhão, o foco da campanha era a área periférica de Natal. A partir desse pensamento, a campanha desobrigava os alunos a irem para escola de tênis e fardamento, na intenção de estimulá-los a frequentar e permanecer na escola. As próprias estruturas de chão batido e teto de palha eram familiares à vida simples que cada aluno vivia. A alimentação era plantada e colhida pelos mesmos, resolvendo a questão da merenda, pois, em sua grande maioria, era a única refeição feita no dia. Os anfiteatros e a promoção da cultura local eram pontos marcantes dessa administração, que toda semana, nas quartas feiras, inaugurava uma nova escolinha para as comunidades e era comemorada com muita alegria por todos (Góes, 1980).

Nessa perspectiva, é visto com clareza todo o empenho em desmembrar do educando, a “educação bancária”, tradicionalmente enraizada na sociedade como forma de dominação daqueles que se submetem a esse processo de prática educacional. Em um primeiro momento, a mudança rompe com os padrões determinados pelo estado, reforçada desde os primeiros anos escolares, continuando durante todo percurso do desenvolvimento da alfabetização do aluno. Já na educação popular, tudo é reconstruído e ressignificado a partir das realidades de cada indivíduo, compondo o pensar autônomo e crítico dos sujeitos (Góes, 1980).

A campanha trouxe significativas contribuições para professores e alunos no

cenário educacional na cidade de Natal. Uma vez que, os professores eram preparados (pelo Centro de Formação dos professores) para exercer a sua profissão de modo mais atuante, crítico e comprometido. E como consequência, o aproveitamento, frequência e a participação dos alunos era positiva, observado desde os primeiros momentos com as crianças, das quais beneficiavam-se da campanha e, por conseguinte, seus pais e responsáveis também eram atraídos pela proposta inovadora e inclusiva. De acordo com Góes (1980):

E para não dizerem que não falei de números, aí vão as estatísticas mais gerais: 1) de novembro de 1960 a abril de 1964 a educação pública municipal de Natal tem uma matrícula acumulada de mais de 40.000 (quarenta mil) alunos; 2) seu magistério se constituiu de 500 (quinhentos) professores leigos, qualificados em cursos de emergência do Centro de Formação de Professores; 3) seu quadro de supervisores é de 32 (trinta e dois) profissionais formado em Escola Normal e Faculdade de filosofia; 4) o custo-aluno anual é de menos de dois dólares (GÓES, 1980).

Desta forma, na perspectiva de Góes (1980), fica clara a dinâmica da qual a Campanha propunha-se a fazer pela educação na cidade de Natal. A capacitação de professores era vista como primordial, e em 1963 um livro de leitura para adultos, adaptado do livro do MCP (Movimento de Cultura Popular) com inspiração freireana, e das 40 horas de Angicos, foi adotado, ampliando horizontes experimentais de uma educação promotora do protagonismo dos educandos. E sua educação popular assume dois dispositivos: o método Paulo Freire⁵ e a cartilha de alfabetização, com atribuições de caráter político no que se refere à educação de adultos. Os educadores faziam uso da cartilha e slides, abrindo caminho à pedagogia da pergunta, o fonema alfabetizador, como também, proporcionava espaço à observação da leitura do mundo, tanto da natureza quanto da cultura.

Aquino e Pinheiro (2019) exprimem a relevante contribuição dos educadores participantes da campanha, evidenciando suas vivências, aprendizagens e pontos de vista acerca da mesma, adotando uma abordagem cognitiva e pragmática na

⁵ Aqui cabe ressaltar que embora hoje a expressão “método Paulo Freire” tenha caído em desuso, se tornado objeto de crítica, uma vez que Freire não propôs simplesmente um método, mas uma teoria pedagógica, uma filosofia da educação, à época, a expressão era comum, utilizada entre educadores e mesmo nos meios acadêmicos. Como exemplo desse uso, há o livro de Carlos Rodrigues Brandão: O que é o Método Paulo Freire, da Coleção Primeiros Passos, publicado na década de 1980, pela Editora Brasiliense.

contribuição da revalorização das referidas vozes e seu papel em tornar viva a lembrança do passado. Entre os relatos dos professores, destaca-se em 1962 a criação do Centro de Formação de Professores do qual preparava e formava-os para atuarem nos espaços educativos da campanha. Vale ressaltar a efervescência político-cultural presente em toda cidade de Natal, convergindo ao engajamento dos educadores e adesão dos educandos. Pois, a intenção era possibilitar nas ações educativas a promoção do senso crítico nos educandos. E por meio da educação referenciada na *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, transformar a cidade de Natal em uma avançada estrutura de educação e cultura, por intermédio da educação.

Utilizando esses instrumentos, o educando quando alfabetizado, percebia-se como sujeito de sua própria história e protagonista da sua cultura, como nos apresenta Freire (2017, p. 17):

o método Paulo Freire não ensina a repetir palavras, não se restringe a desenvolver a capacidade de pensá-las segundo as exigências lógicas do discurso abstrato; simplesmente coloca o alfabetismo em condições de poder re-existenciar criticamente as palavras de seu mundo, para, na oportunidade devida, saber e poder dizer a sua palavra.

E foi estabelecendo este contexto pedagógico que professores e alunos construíram a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. Apesar de ter ocorrido o seu “encerramento” pela ditadura civil-militar de 1964, seu legado perpassa gerações, inspirando as atuais a analisar que a educação pode e deve ser um instrumento de conscientização, tomada de decisão precisando ser trabalhada na visão contra-hegemônica dos padrões educacionais e culturais, tão presentes em nossos dias, que foram patrocinados há muito tempo por uma sociedade conservadora, da qual o povo era moldado de acordo com o governo e seus princípios capitalistas e de dominação. A educação popular era vista com ressalvas por construir a criticidade e visão política desses sujeitos, causando insegurança aos governantes da época.

Enfim, a campanha mostrou em seu desdobramento que é possível promover a educação e que a sua extinção se deu por ser uma escola desvinculada ao

sistema educacional imposto pelo Estado, na ocasião do golpe de 1964. Ressalta-se que tal realidade ocasionou prisões de educadores, destruição de obras e desempregos de muitos profissionais ligados à *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. Sua filosofia democrática permeia todo seu trajeto, deixando seu legado até a atualidade (Góes, 1980), sendo este, objeto de nossa pesquisa para contribuição ao campo da gestão democrática da educação.

2.2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL E PEDAGÓGICO

Eggers (2016), destaca o conceito de administração e gestão, situado no processo de desenvolvimento humano, que resultou em diferentes aspectos organizacionais como garantia de sobrevivência da espécie. O ser humano sempre necessitou de certa forma de uma estrutura organizacional que favorecesse a sua permanência em determinado local, mesmo não se configurando exatamente uma consciência esquematizada de seus atos. A necessidade administrativa sempre esteve presente na sociedade ao longo dos tempos, tornando-se essencial a sua condução de acordo com cada grupo social ou de pessoas.

Em tempos remotos, no século XVIII, a administração da fábrica fundamentada pela estrutura capitalista, promoveu a substituição parcial do trabalho humano pela máquina, alterando fortemente a estrutura de organização da sociedade, suscitando o desenvolvimento das cidades e a expansão do comércio e modo de trabalho, tornando o trabalhador refém do seu próprio trabalho como meio de subsistência.

Com isso, as indústrias expandiram-se e a mesma começa a ditar o ritmo de trabalhos em seus espaços fabris, inicia-se a separação das tarefas entre a criação e a execução da produção. Posteriormente, a Teoria Geral da Administração ganha força no Século XX, por Frederick Taylor e Henri Fayol, responsáveis pelo aumento da produtividade em função do tempo e diminuição dos desperdícios. Embora Taylor e Fayol não fizessem menção a questões educacionais, seus princípios influenciaram por muito tempo a administração da educação e das escolas. De acordo com Eggers (2016), no Brasil, o modelo de sistema escolar baseava-se nos mesmos padrões administrativos da fábrica por conta das transformações

econômicas, políticas e sociais do qual o Brasil sofreu desde a época que ainda era colônia de Portugal. Deste modo, em 1918, por meio de Bobbit *apud* Egger (2016), esse modo de educação chega aos currículos escolares, como forma de controle sobre os educandos e padronização tal qual as empresas.

Na década de 1930, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação⁶, tentativas foram feitas para modificar esse formato de educação, mas como o estado era detentor da administração da educação nada foi mudado.

Em 1938 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) foi criado e em 1941, seu primeiro trabalho sobre administração do ensino no Brasil, revelando expressivo atraso no mesmo. Iniciativas foram tomadas na tentativa de reduzir a sistematização do conhecimento, como é o caso da inclusão da disciplina de administração escolar no curso pedagógico.

Subsequentemente, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1961. No mesmo ano também foi criada a Associação Nacional de Professores de Administração Escolar (ANPAE), objetivando lutar por direito à educação de qualidade para todos, com participação na formulação de políticas públicas na educação, iniciando assim, um período de valorização da administração da escola pública, com relevância da organização da gestão da escola, destacando Querino Ribeiro como pioneiro na sistematização da Administração Escolar como disciplina formativa do pedagogo.

Pires e Gonçalves (2019), demarcam o trajeto da gestão democrática no Brasil, destacando seu percurso histórico de lutas, conquistas e ganhos no campo da legislação brasileira. Nos anos de 1980, a sociedade brasileira passou por inúmeras mudanças por ocasião da democratização, refletindo diretamente nas relações sociais, sobretudo, na educação. Exigindo de todos os segmentos da sociedade um novo olhar, e a Constituição Federal de 1988, foi fruto desses anseios, principalmente no que se refere à educação com foco na gestão democrática.

A Constituição de 1988 estabeleceu princípios que a norteiam como forma de

6 O Manifesto dos Pioneiros da Educação ocorreu em 1930, destacado por embates no âmbito educacional e sobretudo no que se refere aos movimentos escolanovistas brasileiro, derivando o entrelaçamento entre a visão pedagógica, a ideológica e a política. Mesmo com visões distintas, os intelectuais uniram-se por objetivos em comum, como a garantia da laicidade, gratuidade e obrigatoriedade da educação. Conforme documento disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/L9NXYSJMYvyRSvPfpXZRgSq/?format=pdf&lang=pt>.

lei, enfatizando o artigo 206, inciso VI, da qual se refere à gestão democrática no ensino público, em resposta às necessidades da sociedade e movimentos sociais que por um longo período viveram silenciados pela ditadura civil-militar de 1964, tornando-se essencial ao âmbito educacional para a democratização, ressaltando nesse caminho a construção do Projeto Político Pedagógico, a participação em conselhos da escola⁷, eleição dos diretores, e o exercício da autonomia financeira como instrumentos que exercitam a democracia em escolas públicas.

Corroborando com Pires e Gonçalves (2019) após a Constituição de 1988, alguns caminhos foram abertos no que se refere à educação por meio da gestão democrática mediante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9.394/96 em seu artigo 3º, inciso VIII, como também 12, 13, 14. Ressaltamos que seus princípios foram consolidados como direito do sujeito e caracterizada por uma construção coletiva.

Nas décadas seguintes, outros documentos oficiais foram introduzidos ao contexto da gestão democrática, como é o caso do Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 10.172/01, do qual determina entre os entes federados um período de dez anos, definindo suas diretrizes para gestão e o financiamento da educação. Na educação, esperava-se que esse plano fosse capaz de garantir as ações no período proposto, em união com o CF 1988 e LDB 1996, mas como o mesmo é exercido de forma colaborativa, deixou pontos a serem efetivados.

Em 2014, foi aprovado o atual Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/14, reforçando a função gestão democrática em sua meta 19, desenvolvendo debates e implementando estratégias para o plano em vigor. Agora, um documento participativo começa a estruturar-se em âmbito educacional em todos os seus níveis, reforçado que desde 1986, pela Carta da Conferência Brasileira de Educação, movimentando o meio público educacional, na elaboração de documentos e exercícios de debates pertinentes sobre a educação.

Deste modo, como acima citado, a Carta da Conferência Brasileira de Educação foi complementada com pontos relativos à educação e democratização da sociedade, fundamentada no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública 1980, e

⁷ Os conselhos escolares, de acordo com Silva (2020, p. 20-21), datam de 1970, mas sua primeira eleição só ocorreu em 1987. Seu reconhecimento legal só adquiriu força por meio da Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, do qual assegura a educação como um direito de todos e dever do estado e seu cumprimento na forma da lei só se efetivou no Artigo 206, em seus incisos VI e VII, que destaca a gestão democrática do ensino público na forma da lei e a garantia de padrão de qualidade.

posteriormente, contribuindo na elaboração da Lei nº 9.394/96, com fundamentos legais de acordo com CF de 1988 em seu artigo 214, e no PNE, contribuindo na manutenção da luta política por uma educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade para todos, como dever do estado, promovendo assim, a elaboração de um documento de referência, baseado nas experiências do campo pedagógico-institucional, com debates acerca da Gestão Democrática como meio de entendimento sobre a mesma. A organização da gestão democrática na escola pública legitima-se por sua legislação em vigor e por perpassar todas as fases da educação de modo a estimular a participação de toda comunidade escolar de forma democrática em prol de um bem comum da escola.

Lima *et. al.* (2011), complementa essa discussão sobre os modelos de gestão escolar democrática, compartilhada e gerencial. Observando a função do estado e a relação criada na escola por intermédio das políticas públicas inseridas na gestão escolar, convencendo os sujeitos a pensarem que atuam democraticamente nesses espaços, independente da gestão exercida na mesma, igualando qualquer tipo de gestão à gestão democrática. Para tornar a discussão sobre a gestão democrática mais elucidativa, é importante diferenciar os três modelos de gestão, problematizando e pontuando diferenças, bem como, o papel do estado e da sociedade.

O estado é campo de disputa entre classes sociais, campo esse permeado de conflitos ideológicos, sociais, políticos e econômicos, cujo é mediado por políticas sociais para amenizar e/ou evitar conflitos provocados pela classe trabalhadora. Como também, a estrutura estatal não possui interesse em atender objetivamente os anseios da população, mas sim, uma parte da sociedade que desde sempre é privilegiada por essa estrutura burguesa.

A partir desse ponto o estado passa por um período de antagonismo por ocasião da luta da sociedade em prol de sua democratização, em especial, nas políticas educacionais. A gestão democrática tem o papel de garantir o controle do estado; o poder de escolha e decisão; o poder político (idealização do PPP). Essa estrutura foi modificada em 1990, ressignificando a concepção com variados mecanismos que ajudaram a organização dos movimentos sociais. É nesse período que a democratização ganha especificidade por intermédio da gestão compartilhada, retirando a responsabilidade do estado, transformando o espaço público em privado (Lima, *et. al.*, 2011).

No que se refere à gestão gerencial, a mesma dispõe de mecanismos de participação parcial dos sujeitos, criando uma sensação de pertencimento, com opiniões acatadas parcialmente, por discursos a comunidade e funcionários considerados parceiros nesse processo, mas na verdade, fragiliza a possibilidade de quebra das estruturas já convencionada (Lima, *et. al.*, 2011).

Esse movimento em prol da democratização na interpretação de Lima *et. al.* (2011), iniciado outrora, demarca a postura imposta pelo estado, na tentativa de desarticulação da sociedade e condicioná-los à velha meritocracia, com raízes neoliberais que responsabilizam o sujeito pela não ascensão, esquivando o estado do cumprimento do seu papel. Traçando uma linha do tempo, o princípio da gestão democrática alçado à categoria do princípio constitucional na década de 1980, apresentava descentralização, participação e autonomia, fruto do processo de democratização do qual o Brasil vivenciava, as políticas existentes prevaleciam à manutenção dos espaços públicos da educação.

Na Década de 1990, a gestão democrática passou por modificações que desobriga o estado ao seu papel essencial à manutenção ao espaço público da educação (gestão compartilhada e gerencial), descaracterizando a gestão democrática da qual possui características da autogestão, guiada por instrumentos e condições políticas no beneficiamento de toda comunidade escolar por meio da participação de todos.

Em suma, diante da compreensão da gestão democrática enquanto um princípio constitucional e pedagógico, questionamos ao longo desta pesquisa quais as contribuições da *Campanha de Pé No Chão Também se Aprende a Ler* no sentido de avançarmos em termos de saberes e práticas, para sua consolidação. Nessa perspectiva, o tópico seguinte aborda as estratégias metodológicas de aproximação ao objeto da pesquisa.

2.3 PESQUISA DOCUMENTAL E ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA

A pesquisa documental, como uma tipologia de produção do conhecimento, no âmbito das ciências, notadamente na historiografia, tem ganhado cada vez mais espaço no âmbito das pesquisas em educação. Sá-Silva *et. al.* (2009) desenvolvem algumas questões teórico-metodológicas acerca da pesquisa documental com intuito

de promover um debate sobre a utilização da mesma no cotidiano educacional. Elas estabelecem diferenças e semelhanças entre pesquisa documental e bibliográfica, seguidamente, pontuam conceitos sobre o que é documento, classificando os critérios metodológicos de pré-análise do documento escrito e as etapas presentes na análise documental.

Na produção da síntese do objeto de pesquisa, o investigador faz uso de variados instrumentos metodológicos que o auxiliarão na construção e direcionamento do tipo de pesquisa que será desempenhada, do qual dependerão de fatores como a natureza do objeto, o problema de pesquisa e a corrente de pensamento que direciona o pesquisador. Nesse sentido, a pesquisa documental destaca-se por sua metodologia não apenas na área da educação, mas, nas ciências sociais.

É necessário destacar a importância da utilização de documentos em pesquisa, pela ampliação do entendimento de objetos mais complexos e com necessidade de contextualização histórica e sociocultural, permitindo também acrescentar a dimensão do tempo à compreensão social. Desta maneira, podemos classificar a utilização do documento na investigação em quatro dimensões: pesquisa documental (objetiva construir um *corpus* satisfatório); método documental (referente às técnicas de manuseios de documentos desde a organização até a elaboração da categoria de análise); técnica documental (recorre a documentos originais que ainda não receberam nenhum tratamento analítico) e análise documental (ligado a informações de fatos documentais a partir de questões e hipóteses). Assim, a metodologia implica no conjunto de técnicas que auxiliam no entendimento da realidade em união às habilidades do pesquisador.

A pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica de acordo com Sá-Silva *et. al.* (2009), não são consideradas sinônimas, geralmente as pesquisas possuem dois procedimentos na coleta de dados: a primeira é a estratégia-local (local onde os dados são coletados-campo ou laboratório) e a segunda estratégia documental (se utiliza apenas de fontes documentais-campo ou documental). Mas o documento não se limita ao papel impresso ou escrito, deixando claro que existe diferença entre a pesquisa documental e bibliográfica.

A pesquisa documental, trata da busca por informações em documentos dos quais ainda não receberam tratamento científico (fontes primárias), tais como, relatórios, reportagens de jornais, cartas, dentre outros. Cellard (2008) apud Sá-Silva

(2009) relata a necessidade da avaliação preliminar do documento, listando etapas das quais são constituídas essa avaliação, que são: contexto (avalia o contexto histórico, universo sócio-político do autor e a quem foi destinado); o autor/es (perfil e interesse de quem escreve); a autenticidade e a confiabilidade do texto (averiguar sobre a origem do documento); a natureza do texto (reflete sobre a disposição do texto); conceitos-chave e a lógica interna do texto (separar corretamente o sentido das palavras e dos conceitos).

No que se refere à análise documental, é necessário à observância do autor, sobretudo, na compreensão e interpretação dos acontecimentos constituintes da pesquisa, pois, os documentos precisam estar inseridos em um contexto para ser considerado como tal. Após a análise preliminar, passaremos para a análise de conteúdo, da qual pretende atribuir valor a determinado assunto pelo autor, materializada quando iniciamos a unidade de análise, por intermédio da unidade de registro e unidade de contexto. Com a divisão organizada, é preciso refletir sobre o objetivo da pesquisa, analisando todo o seu material trabalhado e a etapa final se dá por meio de um novo julgamento das unidades de acordo com a sua importância.

A análise de conteúdo tem sua origem datada do Século XX, nos Estados Unidos, juntamente com os estudos quantitativos na área do Jornalismo e da Propaganda. O mesmo tinha o intuito de avaliar o grau de sensacionalismo e influência dos meios de comunicação nos comportamentos da sociedade, seguindo modelos baseados nas ciências naturais. Promovendo assim, uma máxima objetividade no exame das comunicações, averiguadas por intermédio de uma apuração precisa das análises. Nas décadas seguintes, a análise de conteúdo passou a alinhar no plano metodológico os resultados quantitativos aos qualitativos. Visto que, ao ponderar o plano qualitativo atribuiu elementos importantes, tais como os afetos e os cognitivos presentes na comunicação, sem esquecer a subjetividade. Considerando também como parte essencial o papel do analista à investigação (Alcantara, 2017).

A análise de conteúdo, constitui-se de algumas particularidades, a primeira refere-se a sua intenção. Descobrir o que está oculto para além das comunicações, para então, concluir com base nos índices e repetições de determinadas expressões; a segunda está relacionada à produção textual. Nesse sentido, o analista examina as condições em que o texto foi produzido. No que se refere ao método, à análise de conteúdo divide-se em três movimentos: pré-análise,

exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise o pesquisador seleciona documentos, formula hipóteses e estabelece seus objetivos. Na exploração do material é necessário mais atenção para que a etapa de pré-análise não seja concluída e comprometa a exploração do material, pois, caso isso ocorra, essa etapa será finalizada mecanicamente.

O tratamento dos resultados é o momento no qual o analista a partir do material bruto, sistematiza e interpreta os dados colhidos, objetivando o seu conteúdo outorgando o sentido necessário à pesquisa. No campo teórico-metodológico, esses instrumentos possibilitam a compreensão no âmbito das experiências educativas, por meio de pontos de vista distintos do sujeito e da análise que o pesquisador faz por intermédio da coleta de dados, em entrevistas ou de modo documental. (Alcantara, 2017).

Nessa perspectiva da pesquisa documental e da análise de conteúdo, as fontes primárias utilizadas são: 1 A Cultura Popular e Pé no Chão (1963); 2 entrevista de Moacyr de Góes (2004). O critério de seleção dessas fontes decorreu por apresentarem suas produções no contexto da campanha, e envolver personagens que participaram ativamente da referida campanha.

O primeiro documento-fonte, consiste em um texto emitido pela Prefeitura Municipal de Natal/RN, à época da Campanha, por ocasião de uma Comunicação ao I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular, provavelmente, produzido em setembro de 1963⁸. O segundo documento-fonte consiste em uma entrevista publicada na Revista Educação em questão (2004), um periódico da UFRN, com Moacyr de Góes, secretário de educação de Natal/RN na época da gestão do prefeito Djalma Maranhão, durante a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. A entrevista mencionada aborda o legado deixado pela campanha para a educação brasileira.

Isso posto, as fontes consultadas foram baseadas em materiais compostos por entrevistas com pessoas envolvidas diretamente na construção e desenvolvimento da *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. Nesse sentido, converte-se em material de fontes confiáveis, garantindo a aplicação da pesquisa de modo mais transparente e aproximando a realidade ocorrida no período de desenvolvimento da Campanha na cidade de Natal.

⁸ Conforme documento disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/fz8SVQ3RXBkKh7yN9nFfKGb/?lang=pt#>>. Acesso: 16 de set. De 2023.

3 CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER E O PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Este capítulo analisa as contribuições da *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler* para o campo da gestão democrática da educação, analisando as seguintes categorias: administração/gestão; educação, alfabetização e educação popular; participação democrática.

Vale destacar que a análise de conteúdo promovida nas categorias a seguir, baseia-se em dois documentos de fontes primárias (*A Cultura Popular e Pé no Chão* (1963) e *Entrevista com Moacyr de Góes* (2004)), das quais convergem diretamente com o objeto de pesquisa no que versa o período decorrido da campanha e seus autores participaram ativamente no desenvolvimento da mesma. Atribuindo valor e confiabilidade à pesquisa em questão, pois, na pré-análise trabalha-se com a exploração do material e tratamento dos resultados adquiridos, para seguidamente o pesquisador selecionar os documentos, formular as hipóteses, para então, estabelecer seus objetivos. Nessa direção, o texto apresenta reflexões acerca da perspectiva da campanha e suas contribuições para pensarmos gestão da educação nos dias de hoje.

3.1 ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

A *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler* (1961-1964), expressa uma ação do poder público para o enfrentamento do analfabetismo. A análise dos textos fonte da pesquisa evidenciou que a palavra administração está relacionada diretamente à administração municipal da cidade de Natal/RN, no contexto da campanha, e não à administração educacional (a mesma associa-se com aspectos relacionados à administração do então prefeito). Isto implica dizer que os textos fonte não discutem o tema gestão educacional, o que não significa que a experiência educativa não fosse conduzida por meio de um processo de gestão educacional. Todavia, fica evidente que a gestão desses processos esteve muito vinculada à própria administração da prefeitura.

Outro elemento constitutivo dessa relação entre administração/gestão educativa e municipal, se dá pela utilização da educação como promotora da cultura

e arte local. A valorização dos artistas teve o poder de atrair esse povo simples por assemelhar-se ao contexto social, e expressões artísticas que remetem à realidade de um povo sofrido e cheio de esperança por dias melhores. É o que retrata a citação seguinte: “tem sido do programa da atual administração preservar, quando não revalidar, os autos populares e folguedos tradicionais da Capital do Estado”. (Natal, 1963, p. 20).

Tal preocupação esteve presente em todo período estudado da administração de Natal/RN: “uma das promoções no plano cultural de maior importância promovida pela atual administração do município é a realização das Praças de Cultura, nas quais ocorrem feira de livros, de discos, artes plásticas, popular etc”. (Natal, 1963, p. 23). O período que sucedia a Campanha “respirava” cultura por todos os lados, valorizou e investiu na promoção desse plano cultural com muito afinco. Validando esse plano Aquino e Pinheiro (2019), descrevem a expressiva contribuição dos educadores da Campanha e engajamento dos educandos na efervescência político-cultural presente em toda cidade de Natal, com o intuito de possibilitar ações educativas na promoção do senso crítico nos educandos, transformando assim, a cidade de Natal, em uma inovadora organização pública educacional por meio da educação formal, informal e não formal.

Assim, segundo Góes (1980), a administração de Natal alcançava as classes menos favorecidas de Natal pela cultura e pela aproximação de suas realidades com escolas feitas de chão batido e teto de palha, que se assemelha às casas, como também, a desobrigação de fardamentos escolares. O plantio e cultivo de alimentos acabara com a evasão escolar, pois era uma linha de atuação para o combate à fome, um dos principais fatores de abandono escolar na cidade. É por isso que até os dias atuais, a gestão de Djalma Maranhão, na Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, serve como fonte de estudos em diversas universidades.

Em entrevista, no ano de 2004, Moacyr Góes relata: “ [...] sei através de notícias e conversas, que, nestes 43 anos, vários textos sobre a administração do Prefeito Djalma Maranhão e particularmente sobre “De Pé no Chão” foram produzidos pela UFRN, dentre outras instituições” (Góes, 2004, p. 225). Isso comprova a dimensão da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, não só para a cidade de Natal, mas para toda área de educação que pesquise e perceba que é possível sim, fazer gestão da educação com compromisso e com visão emancipatória e crítica.

À época da campanha se dizia: “a atual administração leva sua contribuição a um povo que tem sede de conhecimentos, sede de verdade” (Natal, 1963, p. 22). O resultado dessa administração foi a diminuição do analfabetismo em Natal. Góes (1980), cita que foram instaladas cerca de trezentas escolinhas, sinalizando a primeira das oito fases bem sucedidas da campanha. O seu primeiro público beneficiado foram as crianças das áreas periféricas e posteriormente, seus pais e/ou responsáveis, denominados como jovens e adultos.

A prefeitura municipal da cidade de Natal, administrada pelo então prefeito Djalma Maranhão, contribuiu de maneira efetiva como agente de democratização da cultura popular local, com programas voltados nesta área incentivando o desenvolvimento de projetos que oportunizassem a arte e cultura locais, numa tentativa de desenvolver na sociedade uma visão de autoconsciência e criticidade.

Vale ressaltar que “no plano de democratização da cultura, duas metas preocuparam, a princípio, a atual administração: o livro e a cultura” (Natal, 1963, p. 21), sinalizando desde a criação da campanha que a educação e a cultura sempre foram a sua maior preocupação de governo. Essa administração compreendia que a educação era a porta da qual o conhecimento de mundo era aberto, mas não uma educação engessada, mas sim, aquela que provocasse nos educandos questionamentos pertinentes e por intermédio do diálogo e escuta, poderiam ser esclarecidos e melhor compreendidos pelos mesmos.

Ainda nessa perspectiva de uma gestão da educação fundada na disseminação da cultura popular: “o teatrinho do povo foi instalado pela atual administração municipal no bairro Alecrim, um dos mais populosos da cidade, dentro do mesmo plano de valorização cultural e com a finalidade principal de levar ao povo a diversão pela arte” (Natal, 1963, p. 25). E desta maneira, divulgando a arte e cultura em união com a educação que o povo cada vez mais se envolvia na campanha e todos os projetos desenvolvidos em paralelo à mesma, apresentando maciça adesão e comprometimento, iniciava assim um novo projeto educacional, que assegurava aos envolvidos a liberdade de pensamento e a prática a partir das suas próprias vivências e experiências.

O povo se sentia pertencente àquele projeto, sentia-se sujeito histórico nesse percurso de educação e cultura desenvolvido pela Prefeitura de Natal, era a democratização da cultura e educação andando lado a lado para assegurar aos educandos uma educação pública, de qualidade e comprometida com a população.

Corroborando com o pensamento acima, Aquino e Pinheiro (2019) destaca que a campanha foi espaço socioeducativo direcionado para formação política e cultural do qual toda comunidade era envolvida nos processos de escuta e aprendizagens, dos quais, perpassam as salas de aulas apresentando características de ato político, associado ao contexto cultural.

Sua organização e estrutura se inserem em um contexto de comunidade de aprendizagem no Brasil. Assim como, o papel significativo da administração de Natal na aplicação política da democratização da cultura na criação da Diretoria de Documentação e Cultura (DDC), proporcionando no resgate por intermédio da arte e suas manifestações, evidenciando um ato educativo social em sua gestão.

No que concerne a administração e gestão da coisa pública, a campanha, desde o princípio, trabalhou de forma transparente na busca por recursos e prestação de contas ao povo. Góes descreve que o prefeito Djalma Maranhão fazia questão de pessoalmente prestar contas à população em sua administração pública municipal (o termo administração é utilizado pelos autores majoritariamente em seus escritos). “E semanalmente, o Prefeito Djalma Maranhão, através do rádio, prestando contas ao povo num testemunho de sua administração transparente [...]” (Góes, 2004, p. 222).

Essa transparência fazia-o cada vez mais próximo ao povo, que acreditavam em sua política, e junto dele, trabalhavam para o desenvolvimento desse projeto educacional, empenhando-se em trabalhar para o povo e pelo povo. Essa visão tida como nacionalista, rendeu-lhe alianças na política e aliados na educação, como é o caso do próprio Moacyr de Góes (secretário de educação do governo Djalma Maranhão) e Paulo Freire dos quais contribuíram efetivamente no desenvolvimento de uma administração mais progressista⁹ voltada para uma educação liberta das amarras mecânicas do saber, caracterizada como uma Educação Popular.

Segundo Góes (2004, p. 228), “[...] em linhas gerais, impossível não falar das posturas coincidentes de teoria e prática, a saber: a identificação da gestão pública da escola – nos anos 60, ‘De Pé no Chão Também se Aprende a Ler’ é o único movimento de Educação popular [...]”. Por compreender a necessidade de um povo esclarecido e protagonista de seus atos, a administração Djalma Maranhão reestruturou o conceito de escola, educação e comunidade escolar no que se refere

⁹ Expressão mais adequada ao contexto da época que, *grosso modo*, equivaleria a se falar hoje em gestão democrática.

a saber gerir todas as pontas que formam a educação: “sua campanha política fora feita, reivindicando o voto popular, no sentido de construir uma administração que fizesse da ‘educação e cultura meta número de um governo’” (Natal, 1963, p. 05).

Como cita Lima *et. al.* (2011), o Estado é campo de disputa entre classes sociais, campo esse, permeado de conflitos e de possíveis respostas às demandas de uma sociedade em processo de redemocratização. Delineando assim, seu percurso de lutas e embates em prol de uma administração transparente e comprometida com a população, sobretudo, aquelas menos favorecidas que não possuem nem vez nem voz na sociedade. Góes (1980), também ressalta que a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, sempre colocou à disposição da população os números que envolveram a mesma, no tocante que iniciava desde a quantidade de alunos matriculados, gastos com pagamentos de professores e demais profissionais da educação, e o custo unitário por cada aluno-anual matriculado. Deixando claro a dinâmica da transparência e acesso apresentada pela administração da época.

3.2 EDUCAÇÃO, ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR

Foi difícil e desbravador criar escolinhas no período da *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, diante de todo cenário desolador encontrado na educação no período que antecedia a campanha. Do mesmo modo, conseguir subsídios oriundos dos cofres públicos que viabilizassem a mesma, pois, encontravam-se em *déficit* financeiro impossibilitando qualquer ação que requeresse seus erários. Assim como, o altíssimo índice de analfabetismo na cidade de Natal alcançava não apenas as crianças, mas os jovens e adultos da época, evidenciando-a como uma cidade subdesenvolvida.

Para que esse cenário mudasse era necessário “[...] uma experiência de educação de massas” (Natal, 1963, p. 4), um plano urgente de alfabetização nas áreas periféricas, visto que, uma região só alcança seu desenvolvimento pleno após a erradicação do analfabetismo. A expressão “educação de massas”, aqui tem um significado muito mais demográfico, dada a condição generalizada de desescolarização da população natalense à época, que um sentido ideológico, vinculado às ações políticas hegemônicas.

Outro fator problematizador também merece destaque, que era a preocupação da administração com a permanência desses estudantes na escola, em virtude da extrema pobreza, tornando a merenda distribuída na maioria das vezes o único alimento consumido no dia pelos mesmos. Foi então que foram criados

[...] Educação para a produtividade: Aviário e hortas – Os Acampamentos estão aparelhados de hortas e já contam com três aviários. A produção deles é consumida pelos alunos na merenda diária – o que é um estímulo para o cuidado maior com as hortaliças e as aves. A campanha desperta o educando para a produtividade, demonstrando que as comunidades precisam se organizar na luta contra o pauperismo e a alienação da realidade. A educação simplesmente livresca já tem o seu atestado de óbito passado (Natal, 1963, p. 14).

Projetos dessa natureza estabeleceram a permanência dos educandos na campanha. É necessário destacar o caráter inovador da campanha, rompendo com padrões pré-estabelecidos na sociedade quando constrói escolas de palhas e chão batido e não obriga os alunos a utilizarem vestimentas padronizadas (Góes, 1980). Cabe destacar que a campanha desenvolvida em Natal foi um divisor de águas para a educação no Brasil, “[...] (re)construindo o sistema de educação daquele bravo povo, elegeu ‘De Pé no Chão Também se Aprende a Ler’ como a melhor experiência brasileira para se adequar à realidade de pobreza e devastação de guerra daquele país” (Góes, 2004, p. 217).

Germano (1989), destaca que a Campanha desde seu início já apontava para um movimento contrário ao sistema educacional apresentado nas escolas públicas da época, assinalando seu rico conteúdo pedagógico, tido como inovador para época. Aproximando-se de modo mais intencional da realidade educacional a experiência política desenvolvida na proposta da administração municipal do prefeito Djalma Maranhão.

Góes (1980) aponta para a fala do jornalista Expedito Silva do qual descreve que o início da democratização do ensino municipal se deu por meio dos acampamentos escolares, vinculados às organizações populares e líderes culturais de bairro e por meio desses aspectos conjunturais se moldavam a campanha. E assim, alianças políticas foram firmadas com o objetivo de promover a educação popular, a priori em Natal/RN, e gradativamente alcançar outras cidades. Cada

escola deverá ter os seus serviços próprios e outros em cooperação com a comunidade, visando à integração do educando no seu meio (Natal, 1963, p. 05-06). Essa integração visava o pertencimento dos educandos às realidades locais, regionais, promovendo a reflexão crítica sobre temas com características sociais e políticas das quais os mesmos vivenciavam em seu cotidiano escolar.

Educação e cultura popular sempre caminharam lado a lado durante toda a trajetória da *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. Nesse sentido,

O prefeito Djalma Maranhão não se mostrava vinculado ao pólo dominante da sociedade, mas guardava raízes e afinidades com as populações suburbanas. Sua campanha política fora feita, reivindicando o voto popular, no sentido de construir uma administração que fizesse da 'educação e cultura meta número um de um governo (Natal, 1963, p. 5).

Esse pensamento de entrelaçamento político, cultural, artístico e educacional, propiciou a essa parte esquecida da sociedade uma visão mais crítica e participativa dos eventos ocorridos na época, posicionando-se assertivamente ante a todas as situações que fomentassem a opressão. Assim, “o administrador que se propusesse a enfrentar o problema, não encontraria jamais a solução nos moldes acadêmicos. O tempo perdido haveria de ser ganho revolucionariamente” (Natal, 1963, p. 05).

Djalma Maranhão percebera que era necessário fazer algo para mudar esse quadro desolador de analfabetismo em Natal. Os métodos tradicionais de educação não iriam surtir efeito rapidamente como era necessário, o mesmo tinha consciência que os métodos a serem utilizados na campanha deveriam ser inovadores e puramente nacionais, “[...] uma vez que todos estão cientes que modelo de educação não se exporta” (Góes, 2004, p. 217). Djalma Maranhão (era considerado um nacionalista), acreditava na educação popular e percebia uma luz no fim do túnel no que compreende sua metodologia e aplicação pedagógica nos educandos

Essa perspectiva de aproximação com a realidade, é tão alinhada que

o nome da Campanha nasceria de uma reportagem da imprensa quando o Jornalista Expedito Silva, notificando o programa de educação popular que se iniciava em Natal, afirmava que até “de pé no chão se aprende a ler”, querendo dizer que, de agora em diante educação não era mais privilégio de um pequeno grupo. Pois todos teriam acesso à escola, sem fardas, com qualquer roupa e até mesmo sem calçados. Finalmente, a escola não esperava pelo educando, ia a sua procura, onde ele estivesse (Natal, 1963, p. 5).

Infelizmente, era recorrente a submissão cultural advinda de vários meios com o intuito de padronização e condicionamento do povo, uma massificação sutilmente implantada na sociedade e aos poucos esse povo seguiriam moldes políticos de ideias, gostos, hábitos, culminando num conformismo da aceitação de subserviência. Por esse motivo que a campanha deixava desconfortável o governo de Aluísio Alves¹⁰ em Natal/RN por não conseguirem mais manipular massivamente aquela parte da sociedade. Era um plano bem ousado para época, sobretudo porque “[...] ‘De Pé no Chão Também se Aprende a Ler’ é o único Movimento de Educação Popular que flui através de uma Secretaria de Estado [...]” (Góes, 2004, p. 228), que com poucos recursos em caixa, não impediu que a prefeitura da cidade de Natal e seus colaboradores deixassem seu legado educacional no Brasil.

À época da campanha já havia consciência de sua perspectiva crítica, bem como sua contribuição para a transformação da dinâmica da escola pública por meio de uma administração progressista, ou como dizemos hoje, pela gestão democrática. Nessa perspectiva,

a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” ainda é experiência. Com a responsabilidade e com a humildade que cabem aos educadores, assim vemos a revolução que está sendo levada a efeito em Natal, no campo da educação popular. O que afirmamos, no entanto, é que está aberta uma nova perspectiva para qualquer região subdesenvolvida responder ao desafio do analfabetismo (Natal, 1963, p. 19).

Após o desenvolvimento das etapas da campanha, a educação popular firmou-se como base pedagógica para o seu desenvolvimento em todas as suas etapas. Deste modo, “[...] vai surgir a figura excepcional de Margarida de Jesus Cortez, que organizou a Coordenação Pedagógica da SME¹¹, com grande competência e oferecia subsídios técnicos ao grupo de trabalho de Educação Popular” (Góes, 2004, p. 220). Margarida reuniu profissionais intelectuais da época no I Seminário de Estudos dos Problemas de Educação e de Cultura do Município de Natal, numa tentativa de sensibilizá-los sobre o cenário de analfabetismo

10 Aluísio Alves foi o 40º governador do estado do Rio Grande do Norte no período de 1961 a 1966.

11 A sigla SME, significa Secretaria Municipal de Educação da cidade de Natal/RN.

presente na cidade. Góes (2004), descreve que nem só o otimismo fazia parte das pessoas envolvidas na campanha, pois, os mesmos sabiam o que deveria ser feito como programa de governo, mas, a falta de recursos tomava-os de angústia e incertezas de como fazer.

A partir da ideia de conseguir locais gratuitos para funcionamento das escolinhas e, posteriormente, as estruturas próprias eram constituídas de palha e chão batido. Finalmente, com a entrada de recursos para a campanha, foram construídas escolinhas de alvenaria sem perder a essência pertencente ao movimento desenvolvido na *Campanha de Pé no chão Também se Aprende a Ler*. A administração municipal trabalhou de forma harmoniosa na estruturação e divulgação de projetos relacionados à educação e cultura popular.

No esforço de trazer bem viva a cultura popular em Natal e completando as atividades da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, existe a diretoria de documentação e cultura. Esse órgão está diretamente subordinado a secretaria de educação da prefeitura municipal do Natal (Natal, 1963, p. 19).

E por meio da Secretaria projetos foram desenvolvidos com a intenção de propagar a arte e cultura regional e abrindo espaço não só para o ensino aprendizagem, mas também para questões sociais. Góes (2004), cita que a campanha lançou luz sobre uma nova maneira de fazer escola, vencendo quatro desafios comuns: não confundir a escola com prédio escolar; qualificou com seus próprios recursos humanos, municipalizando o ensino normal de formação de professores; produziu seus próprios textos educativos face à alienação das cartilhas existentes no mercado (no início da campanha eram trabalhadas as cartilhas disponibilizadas pelo MEC); a composição do acampamento técnico-pedagógico constituído de um supervisor para cada vinte professores.

A relação pessoal existente na campanha era de competência profissional e solidariedade humana e não de promover o saber como meio de dominação de poder. Outro ponto importante foi a preocupação em desenvolver o saber científico após a extinção da campanha. Conforme Góes (2004, p. 224) “nesses 43 anos houve um grande esforço acadêmico em discutir criticamente a Educação Popular desenvolvida em Natal, gerado pelo movimento popular [...]”.

Moacyr de Góes foi Secretário de Educação na gestão de Djalma Maranhão, e junto a eles, Paulo Freire desenvolveu instrumentos que viabilizavam a promoção

da educação popular nas suas mais variadas faces, e após a sua extinção o próprio Moacyr de Góes tornou-se uma das referências no que diz respeito à produção de materiais sobre a campanha e a contribuir ativamente para não ser esquecida na sociedade e meio acadêmico.

Góes (2004, p. 225) relata sua “[...] parceria com Luís Antônio Cunha e juntos escrevemos *O Golpe na Educação*”. Germano (1989, p. 130), expressa sua visão quando afirma que a educação possui papel decisivo para libertação do homem brasileiro e que só por meio desta e da cultura pode-se libertar o homem brasileiro de sua alienação e servidão, e que a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler* esteve no caminho certo na construção de uma nova cidade, de um novo Brasil, freando a trajetória histórica da dominação.

O cenário encontrado pela recém empossada administração Djalma Maranhão era calamitoso, “a educação pública primária passou, assim, por um verdadeiro colapso. A massa de analfabetos cresceu em assustadoras proporções” (Natal, 1963, p. 04). Fazendo-o refletir sobre a dimensão do desafio que estava por vir em sua gestão. A prefeitura não tinha dinheiro. O projeto político educacional representado por Djalma só poderia contar com o povo (Germano, 1989, p. 64).

Conforme Germano (1989), Góes (2004) e Natal (1963), o povo sempre esteve ao seu lado nesse projeto, desde o início, em união com seus 240 comitês nacionalistas, que lutavam em favor da candidatura de Djalma à prefeitura de Natal. Então “em 1961, a prefeitura do Natal, com um orçamento de Cr\$ 111.539.000,00 e um *déficit* de Cr\$ 43.659,00, consignando Cr\$ 3.756.000,00 para a educação, começava a ‘guerra’ ao analfabetismo” (Natal, 1963, p. 5)¹².

Poucos recursos restavam e a ajuda do povo em prol “[...] da consolidação das propostas aprovadas nas convenções de bairro dos Comitês Nacionalistas emergiram a educação e a cultura como meta número um, além da erradicação do analfabetismo” (Góes, 2004, p. 219). Mas faltava mais apoio a seu projeto de educação às classes suburbanas da cidade. Registre-se que ao ser

chamado para a Secretaria de Educação o Dr. Moacyr de Góes,

12 Apenas a título de informação, é possível converter esses valores em reais com ajuda desta tabela: <http://www.idealsoftwares.com.br/tabelas/tabela.php?id=351>. Todavia, o quadro faz um comparativo desconsiderando as flutuações típicas das diferentes moedas em cada época, bem como a inflação. De qualquer modo, o texto fonte da pesquisa deixa claro que esses valores, para a época, representavam recursos irrisórios.

juntamente com o prefeito, iniciou bela e dura luta de erradicação do analfabetismo. Assim nasceu a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, trabalho de técnicos, professores, funcionários, estudantes e homens do povo (Natal, 1963, p. 5).

A essência da cultura popular por meio do movimento popular fomentava cada vez mais a organização da campanha, que a todo momento buscavam meios e recursos dos quais viabilizassem a promoção e desenvolvimento da mesma em espaços formais, informais. Era “[...] a construção da escola democrática na qual a educação não é um privilégio [...]” (Góes, 2004, p. 228). Mas um direito do povo, assim, atribuía como meta política número um de seu governo municipal “[...] em erradicar o analfabetismo e construir uma política de educação e de cultura com as classes subordinadas” (Góes, 2004, p. 218).

Para tal, era necessário não apenas empenho, mas meios que promovessem eficazmente essa meta, foi quando

Em face da constante necessidade de ampliação do plano a executar motivado pela dificuldade financeira da Prefeitura foi solicitado ao Exmo. Sr. Ministro de Educação Dr. Paulo de Tarso, doação de livros através do Instituto Nacional do Livro, doação esta que se espera receber no corrente ano (Natal, 1963, p. 22).

Djalma Maranhão, de acordo com Germano (1989, p. 67), detinha duas particularidades determinantes em sua vitória na prefeitura de Natal, que era administrar em favor da coletividade e do bem comum, chamado posteriormente de “prefeito do subúrbio” , e a segunda era um político que defendia as ideias básicas da doutrina nacionalista, pregando a emancipação econômica do país, valorização do trabalho, respeito à dignidade da pessoa humana e às liberdades democráticas.

Por conta de sua postura, Djalma recebeu apoio de vários sindicatos de trabalhadores da época. Após iniciar a organização da Secretaria de Educação, começou o chamamento “em Fevereiro de 1961, de microfone à mão, acompanhado do grupo de trabalho de educação popular SME, caminhando pelas areias das Rocas¹³, Djalma Maranhão convocava o povo das Rocas para a matrícula [...]”

13 O bairro de Rocas tornou-se uma das sedes dos comitês nacionalistas, como também foi criado no referido bairro a Secretaria de Educação da Prefeitura de Natal, O Grupo de Trabalho de Educação Popular, responsável pela sistematização inicial, como a área-piloto da experiência e no dia 23 de fevereiro de 1961, era lançada publicamente a Campanha de Erradicação do Analfabetismo. (Germano, 1989, p. 94).

(Góes, 2004, p. 221).

A *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, foi composta por oito fases, que evoluiu fase a fase, não só estruturalmente, mas, pedagogicamente, tornando-se um movimento educacional de grandes proporções. Desse modo, “a prefeitura do Natal visando a ampliação do seu programa de alfabetização, educação e promoção do povo nas comunidades mais desamparadas do seu município [...]”, solicitou a colaboração da universidade em programas assistenciais e educativos da referida campanha” (Natal, 1963, p. 17).

Da mesma forma que, aos poucos conseguiu recursos para o pagamento dos professores com “Grupo de Trabalho de Educação Popular Cr\$187.800,00 12 professores percebendo a gratificação mensal de Cr\$2.000,00 cada / 12 meses Cr\$288.000,00” (Natal, 1963, p. 18). Na campanha, em sua

oitava fase: Uma escola por semana. A etapa seguinte da Prefeitura de Natal, em conjunto com seu programa de democratização do ensino, consta da ampliação da rede escolar municipal, com a construção em estrutura metálica de uma escola por semana, em convênio com o Ministério da Educação, através do Ministro Paulo de Tarso. Durante o mês de Agosto, a Prefeitura inaugurou 3 escolas. No mês de Setembro, foram 2 escolas. A partir da segunda quinzena de setembro até o mês de dezembro, serão inauguradas outras 14 escolas (Natal, 1963, p. 9).

Maranhão, sempre deixava claro que “no sistema de educação do Rio Grande do Norte a escola brasileira era construída com dinheiro brasileiro” (Góes, 2004, p. 228). Essa postura reforçava apoio de vários de seus aliados, menos do Governador Aluízio Alves, pois, o mesmo compreendia que os investimentos oriundos do exterior eram também salutar à campanha.

O prefeito percebia que “quem faz a educação escolar, deve estar ciente, criticamente, da proposta que desenvolve” (Góes, 2004, p. 223). Por perceber a cultura popular como eixo de desenvolvimento da campanha não aceitava de modo algum financiamento do exterior. Djalma era nacionalista de esquerda fervoroso e empenhado na desalienação dos educandos, era a luta para quebrar a hegemonia presente na cidade e extinguir a subserviência que insistia em fazer morada na sociedade de Natal.

3.3 PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

No que se refere à categoria democracia e seus desdobramentos, a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, apresentou-se como um terreno fértil de desenvolvimento democrático e participativo com a inclusão e envolvimento de todo corpo escolar em sua estruturação e efetivação nas aplicações pedagógicas e político-culturais desenvolvidas nos espaços socioeducativos. A campanha fez diversos contrapontos a toda estrutura de dominação presente na cidade de Natal/RN. Antes dessa experiência educativa, o que há é simplesmente

[...] a História de um povo estranho e não a sua própria História. Prevalece aquela história preparada para admirar e servir ao povo dominador, que aparece aos olhos dominados como os 'supremos defensores dos princípios da Democracia e da Liberdade no mundo Ocidental e Cristão...' (Natal, 1963, p. 2).

Vale ressaltar que, de acordo com Germano (1989), a estrutura política formada na sociedade nesse período apoia a democracia, mas, a vê intrinsecamente ligada ao capitalismo. Deste modo, condena qualquer movimento contrário, que na sua visão, tem a função de destruir o capitalismo e a democracia burguesa. Todavia, quando os setores progressistas exploram as contradições dessa democracia para promover avanços populares, os que antes proclamavam a defesa desse regime democrático passaram a considerar que a solução era a implantação de uma ditadura capaz de assumir contornos que apenas justifiquem a ordem social existente, a do sistema de exploração.

Nesse contexto, a Campanha foi criada e administrada em um cenário que,

no plano político, esta compreensão [da existência de um fantasma comunista] se revela pelo temor, habilmente induzido na consciência do povo, à "ameaça de infiltração de ideologias exóticas", ameaça da qual precisamos nos proteger através da concessão de favores, no plano econômico, aos "defensores da democracia" que devem levar nossas riquezas, a fim de garantir a nossa segurança e tranquilidade em relação ao tão terrível mal... (Natal, 1963, p. 2)

Então, as classes populares tornaram-se ameaças aos interesses dessa minoria, que ostenta a defesa de uma democracia burguesa. Nesses moldes, a democracia era promovida apenas para a estabilidade política de controle ou

ausência de reivindicações populares. Todavia, nesse contexto democrático, há grupos progressistas que reivindicam uma democracia popular, com mais participação, com direitos políticos e sociais. Ou seja, “a década de 1960 [...] dava eco às esperanças de mudanças no mundo, com a Revolução Cubana e a convocação do Concílio Vaticano II, sob a égide de João XXIII” (Góes, 2004, p. 218).

Foi nessa efervescência política que Djalma Maranhão e sua equipe iniciou um ousado movimento educacional nas periferias de Natal, conclamando o povo e intelectuais tradicionais para adesão ao movimento de alfabetização. Assim, os desdobramentos da campanha ocorreram bem antes de suas ações propriamente ditas, é o que reforça Germano (1989), a campanha constituiu-se de preparações prévias e nesse sentido algumas medidas foram tomadas, tais como, a criação da Secretaria de Educação da Prefeitura, o Grupo de Trabalho de Educação Popular, do qual, tinha como principal função a ordenação inicial.

Foi a partir desse ponto, que escolheram o bairro de Rocas como área-piloto desta experiência educacional. Em segundo lugar, foi promovido um curso de preparação dos professores que atuariam na experiência. Numa tentativa de sensibilizar os intelectuais tradicionais da época, foi realizado o I Seminário de Estudos dos Problemas de Educação e Cultura do Município de Natal. Seu resultado foi extremamente positivo, em vista que, esses intelectuais apoiaram a campanha e abriram espaço nos meios de comunicação, em favor da primeira intenção da campanha de alfabetização.

E por falta de recursos, inviabilizando a construção das escolinhas de Rocas, Moacyr de Góes, em reunião com os comitês nacionalistas e o povo, de modo democrático, votaram para que as escolinhas fossem construídas de palhas de coqueiro e posteriormente aprovado por Djalma Maranhão. Destaca-se que, “no final, na melhor tradição democrática, a proposta foi votada e aprovada pelo Comitê Nacionalista de Rocas” (Góes, 2004, p. 221).

Segundo Góes (2004), a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler* foi o laboratório de experimentos de uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade social, e o próprio, traça um paralelo de similaridade entre Recife e Natal destacando Recife como esse primeiro laboratório de experimentos da educação popular, onde as mudanças ocorreram gradativamente, e em Natal se deu da mesma forma, por seus contornos apresentarem característica de movimento popular, sem que houvesse o mínimo de institucionalização mas,

sobrasse a criatividade em sua composição.

As eleições para a prefeitura da cidade de Natal/RN de 1960, possuíam desdobramentos em ambos os lados políticos numa tentativa que seu indicado ocupasse o cargo de prefeito da cidade. Segundo Germano (1989), Luiz de Barros, era o candidato oficial apoiado pelo prefeito e governador do estado na época, todo investimento possível era em favor do mesmo, já Djalma Maranhão e Luiz Gonzaga dos Santos, considerados como oposição a essa administração, contava com recursos escassos e lutava contra a máquina administrativa existente na época.

Assim, como forma de dinamizar e alavancar sua candidatura, foram criados os chamados comandos populares, encarregados de organizar sua campanha política em todos os seus detalhes, compostos por intelectuais, políticos, estudantes, líderes sindicais e de bairro. Seguidamente, foram criados os acampamentos nacionalistas, situados em pontos estratégicos da cidade como em feiras e mercados, servindo também como alistamento eleitoral e local para arrecadação de contribuições financeiras voltadas para a campanha de Djalma Maranhão, era o início da campanha “Tostão contra o Milhão”, esse movimento alcançou grande mobilização na cidade.

A partir dos acampamentos surgiram os comitês nacionalistas organizados por ruas e por bairros, chegando a 240 em seu total. Esses comitês não se detinham apenas a questões de política partidária, mas também a questões locais ou não. Diversas iniciativas foram feitas em favor da candidatura de Djalma Maranhão, como rifas de objetos e a campanha da gasolina (responsável por transportar eleitores), inteiramente doada pela população. Góes (2004, p. 219), relata que “[...] com a participação de mais de 200 comitês, além de delegados do interior do Estado, foi realizada a I Convenção Estadual do Movimento Nacionalista”.

De modo que, foram discutidas na convenção várias pautas como o analfabetismo, educação e cultura (resultando como meta principal da campanha) ressaltando que na época a população de Natal desde a Segunda Guerra Mundial, crescia multiplicada por quatro e as ofertas de matrículas do ensino público fundamental diminuía alarmantemente, como também, foi discutida a homologação das candidaturas de Jango (Presidência da República); Aluizio Alves e Walfredo Gurgel (governo do estado); Djalma Maranhão e Luiz Gonzaga dos Santos (prefeitura de Natal) (Góes, 2004).

Ao ganhar a eleição da prefeitura de Natal, Djalma Maranhão tratou de

cumprir o seu primeiro plano como prefeito, acabar com o analfabetismo. Deste modo, uniu suas forças a apoiadoras existentes desde sua campanha à prefeitura e tratou de conseguir mais apoio para sua empreitada política de desenvolvimento da educação na cidade.

A I Convenção Estadual do Movimento Nacionalista foi uma espécie de ponte entre a gestão do prefeito Djalma Maranhão e os intelectuais tradicionalistas da época, como citado anteriormente, chamou atenção dessa parte da sociedade que percebeu a dimensão da proposta e não hesitaram em apoiar, pois, perceberam a qualidade da proposta educacional presente na mesma.

De acordo com Aquino e Pinheiro (2019), esses espaços são nominados como espaços de construção socioeducativa pela iniciação além da alfabetização, o entendimento político e cultural, e caracterizam-se como comunidade de aprendizagem, com sistemas de organização no que tange à promoção e construção de seu próprio projeto educativo e cultural. *A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, no período de sua existência até sua extinção em 1964, trabalhou com empenho para a erradicação do analfabetismo e lutou para acabar com a estrutura hegemônica presente em Natal/RN.

Na medida em que as etapas se consolidavam, o número de educandos e apoiadores aumentava, visto que, outras prefeituras solicitavam que o método fosse implantado em suas cidades. É o que reforça Germano (1989), na última fase da campanha começou a expansão para o interior, por meio de convênio com as prefeituras de vários municípios, desejando implementar o referido método de alfabetização em suas respectivas cidades. Desta forma, de 15 em 15 dias um grupo de orientadores pedagógicos ia em cada cidade, para supervisionar, acompanhar as classes e reunir-se com os educadores, existindo o mesmo plano piloto nesses municípios parceiros.

Mesmo com a extinção da campanha, ela continuou sendo ecoada pelo Brasil de diversos modos, seja por um simples bate-papo, produções acadêmicas ou produções de livros relacionados à campanha, num esforço de discutir criticamente o legado e contribuição deixado pela campanha. “Dois anos antes, a Editora Civilização Brasileira, como política de resistência à ditadura, editava o meu livro ‘De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler - uma Escola Democrática’, dez anos depois reeditado pela Cortez” (Góes, 2004, p. 225).

Quando a Campanha teve início, rompeu com determinadas estruturas

administrativas da educação escolar: “[...] a construção da escola democrática na qual a educação não é um privilégio [...]” passou a ser a lógica organizadora do processo educativo (Góes, 2004, p. 228). Todos tinham acesso à educação e “[...] a participação da Ação Popular (AP), na SME, em postos de decisão” (Góes, 2004, p. 226).

Sua administração era participativa, não centralizada apenas nos gestores, mas todo o corpo escolar e a comunidade se fazia presente com poder de decisão e fala. Silva (2020) argumenta a importância da escuta no processo de aprendizado da democracia e ressalta que essa escuta não deve ser caracterizada como regenerativa, mas sim, de compreensão dessa postura e continua explicando que o aprisionamento intelectual retira de nós a vontade de fazer diferente, utilizando ideias repartidas na tentativa de justificar sua prática, quando na verdade requer um constante (re)significar da prática. Esse entendimento deve ser fruto das aprendizagens adquiridas, das lutas travadas nos campos de decisão da escola.

Silva (2020) cita que as experiências educacionais da década de 50 e 60, contestavam o modo elitista desenvolvido no país, e por um viés oposto as forças populares buscavam a erradicação do analfabetismo e a conscientização do papel das classes populares na sociedade. Seu foco não se detinha apenas às crianças, mas também, aos jovens e adultos, oportunizando a leitura de sua realidade, outorgando condições necessárias na luta contra toda situação de opressão.

No que se refere à cultura popular, a prefeitura de Natal sempre apoiou os artistas regionais. Conforme o documento analisado: “O Centro de Formação de Professores realizou, entre os dias 21 de abril e 1º de maio de 1963, o I Congresso de Cultura Popular com a participação de delegações de outros Estados da Federação [...]”. (Natal, 1963, p. 11). Assim,

com parte do programa de divulgação da nossa cultura e contando com a participação de poetas foram publicados dois cadernos de poesia participante, em edições tipo literatura de cordel, viola de desafio I e II, com lançamentos feitos na I praça de cultura do Natal e I congresso de cultura popular (Natal, 1963, p. 23).

Esse ideário de libertação pela via da educação mudou totalmente o cenário educacional da cidade de Natal, visto que existia uma quantidade mínima de escolas públicas de ensino fundamental disponíveis, incapaz de atender a demanda populacional existente na época. Esse levante educacional, tornou-se possível

graças ao apoio e dedicação dos envolvidos nas formações e programas sociais disponibilizados em parceria com a universidade, educadores, educandos e a população em geral.

Delineando assim, que tipo de educação era construída na cidade. “Faculdade de Medicina: Participação de professores e alunos através de palestras em programas educativos promovidos pelo centro de formação de professores” (Natal, 1963, p. 17). O enorme pertencimento cultural existente na cidade de Natal, levava à população à adesão e participação aos diversos pontos de cultura popular espalhados pela cidade. Dentre estes: “a Prefeitura, através da sua DDC¹⁴, conta com a participação de 18 conjuntos folclóricos [...]” (Natal, 1963, p. 20).

Portanto, a *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler* foi um movimento revolucionário na educação popular daquela cidade, espalhando-se para municípios vizinhos, numa tentativa de tornar acessível a todos uma educação pública, gratuita e de qualidade, Sua estrutura era revestida de educação popular, inquieta, atuante e pulsante em todos os sentidos, mas, em especial na busca pela alfabetização crítica, com base na leitura de mundo, conforme já teorizava Paulo Freire, e o combate à estrutura hegemônica.

14 DDC é uma sigla que representa a Diretoria de Documentação e Cultura da cidade de Natal/RN, responsável pela implantação e incentivo da cultura no período da gestão do prefeito Djalma Maranhão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas neste trabalho evidenciam que a *Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler*, configura-se como um marco na história da educação na cidade de Natal/RN na década de 60, atingindo nível nacional, como uma das experiências mais exitosas no campo da educação, embasada na perspectiva da educação popular, com influência direta e participativa de Paulo Freire em seu desenvolvimento, possuindo a intenção de alfabetizar e desalienar os sujeitos das classes subalternizadas por meio da arte e cultura local. Pois partia do pressuposto que apenas através da educação e conscientização da sociedade seria possível extirpar a estrutura hegemônica que massacrava as classes menos favorecidas da cidade de Natal na época.

Diante disso, o trabalho reflete sobre as contribuições e o legado deixados pela campanha para a gestão democrática da educação do ponto de vista teórico-metodológico, refletindo seu processo político, pedagógico e administrativo por intermédio da literatura. Destacando a pesquisa como qualitativa de caráter documental e a técnica de análise utilizada na coleta de dados dos textos-fontes foi a análise de conteúdo, organizados em três categorias de análise: administração/gestão; educação, alfabetização e educação popular; participação democrática. Assim, cabe apresentar reflexões sobre a campanha no que refere a gestão democrática da educação atualmente e os seus desdobramentos ocorridos durante a campanha para que a educação fosse exercida de modo participativo com toda comunidade escolar. Visto que, segundo Silva (2020), a gestão escolar democrática tem o papel de promover a ligação e escuta com toda comunidade escolar, proporcionando uma melhor vivência educacional e dialógica, na promoção da autonomia escolar eficaz.

A campanha trabalhou incansavelmente na erradicação do analfabetismo, alcançando muitos aliados por sua proposta inovadora e acessível de educação que não continha barreiras para sua adesão e permanência, a exemplo das não exigência de uniformes e calçados, o objetivo principal era aproximar esses sujeitos ao ambiente educacional livre das amarras tecnicistas e teorizadas, e promover uma visão de mundo, tornando-os sujeitos históricos e críticos na condução de suas vidas. Os estudantes universitários e intelectuais tradicionalistas da época apoiaram

e integraram a campanha, contribuindo ativamente para o seu desenvolvimento. Mas também, causou desconforto aqueles que não percebiam esse modo de educação como eficaz, mas sim, como uma ameaça ou subversão à estrutura capitalista e opressora da época. A *Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler*, foi feita para o povo e com a ajuda do povo, pensando exclusivamente nas classes populares, ou seja, aquelas à margem da sociedade que não possuíam nem vez e nem voz, eram invisíveis. Por isso, a conotação dada à campanha como subversiva para época, findando no início do golpe civil-militar de 1964, em face ao contexto de opressão ditatorial.

Nesse sentido, diante das reflexões realizadas no decorrer do trabalho chegou-se à conclusão da dimensão da campanha para a história da educação brasileira, não sendo à toa a relevância e expressividade obtida pela mesma no cenário socioeducacional do país. Daí, se assevera a importância de ações que versem sobre a perspectiva e princípios defendidos pela referida campanha, pois as camadas sociais vulnerabilizadas foram de extrema importância para que estas pudessem ter acesso à educação sem quaisquer tipo de barreiras, e ainda participar democraticamente dos processos da gestão em seu desenvolvimento e de ensino-aprendizagem, possibilitando um acompanhamento efetivo e de maior envolvimento.

Todavia, em virtude do trabalho audacioso desenvolvido pela campanha, em face ao contexto de opressão ditatorial, a mesma fora extinta no golpe de 1964, não sendo mais retomada nem após o processo de redemocratização brasileiro.

No entanto, no cenário contemporâneo, no ano de 1996 emergiu a educação de jovens e adultos (EJA), a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96, cuja sua semelhança faz menção a campanha e é citado no TCC, porém, apesar de não estabelecer barreiras para que os sujeitos iniciem seus estudos, funciona no ambiente institucional das escolas públicas e não ocorrendo o incentivo da sua permanência, nem tão pouco possui mecanismos que tragam esses sujeitos ao referido ambiente, tornando-o pouco convidativo, distanciando-se do aspecto de educação popular no qual a campanha era caracterizada.

A educação pública direcionada a EJA no Brasil, continua vivendo situações de inclusão excludente, e negação dos seus direitos. Visto que, o olhar dos gestores públicos são de negligência e/ou poucos recursos e incentivos direcionados a tal. Como também, a falta de uma formação continuada aos professores voltadas a

realidade de seus educandos, pois, esses sujeitos trazem consigo uma carga de conhecimentos construídos durante sua vida, e por não possuírem tal formação, dificulta suas aplicações pedagógicas. Sem esquecer da reformulação dos currículos face às especificidades desses alunos, como citado anteriormente.

Entendo que a educação contribui para formação humana, quando provoca nesses alunos o pensamento político, no sentido emancipatório, histórico, percebendo-se como sujeitos históricos de suas vidas e social, quando busca seus direitos em prol de um bem coletivo. Desmembrando-os da cegueira e paralisação frente às desigualdades estruturadas entre as classes sociais. Dessa maneira, a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, conseguiu até a sua extinção, promover esse desprendimento do conhecimento nesses educandos, reconhecendo-os como promovedores de uma educação democrática, autônoma num ambiente socioeducacional.

Em face ao exposto, acreditamos que as análises traçadas no decorrer deste trabalho, mesmo longe de esgotar a complexidade da campanha, possam contribuir para a ampliação do debate sobre gestão democrática, que seu legado inspire educadores no sentido de contribuir com a organização da comunidade escolar, que se aprofunde o conhecimento e se promova a disseminação sobre a experiência da campanha, instigando outras pesquisas para o aprofundamento do assunto.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Marcos Angelus Miranda de. **Elementos para uma Teoria Enunciativa da Educação Popular**. 2017. Tese (Doutorado) - Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa - PB, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9903/2/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023.

ALVES, João Alberto Moreira. IPAE: **Carta Mensal Educacional**. ano 18, nº 124. dez. de 2010. Disponível em: http://www.ipae.com.br/pub/pt/cme/cme_124/#:~:text=A%20proposta%20de%20PNE%20advoga,produto%20interno%20bruto%20do%20Pa%C3%ADs. Acesso em: 26 ago. 2023.

AQUINO, Fernanda Mayara Sales de ; PINHEIRO, Rosa Aparecida. **Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler: um contexto de comunidade de aprendizagem**. Revista Educação em Questão, Natal-RN, v.57, n.52, p.1-23. abr./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/16014/11341>. Acesso em: 26 ago. 2023.

AQUINO, Fernanda Mayara Sales de. **O cotidiano da formação de professores/as da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler**. 2015. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20459> . Acesso em: 06 ago. 2023.

BARDIN, L. (1977). **Análise de Conteúdo**. Lisboa edições, 70, 225. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN_L_1977_Analise_de_conteudo_Lisboa_edicoes_70_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf. Acesso em: 24 de out. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **O Que é o Método Paulo Freire**. São Paulo. Brasiliense, 1981. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/ddea6ca3-6cb9-4c8a-bb0f-db8a90352a70/content>. Acesso em: 06 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.612 de 13 de Abril de 2012. Presidência da República. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12612.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.612%2C%20DE%202013,Art. Acesso em: 26 de jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 05 de maio de 2023.

BRASIL, Constituição 1988, Capítulo III - Da Educação, Da Cultura e do Desporto, Art. 206, Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=206>. Acesso em: 06 ago. 2023.

BRASIL, Constituição 1988. Capítulo III - Da Educação, Da Cultura e do Desporto, Art. 212, Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=212>, Acesso em: 06 ago. 2023.

BRASIL, Constituição 1988. Capítulo III - Da Educação, Da Cultura e do Desporto, Art.214, Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=214>, Acesso em: 06 ago. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.nº 9394/1996.** Art. 14. BRASIL. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2023.

CAMPOS, Magna. **Manual de Gêneros acadêmicos:** Resenha, Fichamento, Memorial, Resumo Científico, Relatório, Projeto de Pesquisa, Artigos Científicos/paper, Normas ABNT. Mariana. Edição do Autor. 1º ed. 2015.

CARLOS, Frankleide; TEIXEIRA, Walkyria Rocha; SILVA, Lenina Lopes Soares. **O Pensamento Freiriano: uma análise das práticas da educação profissional na campanha de pé no chão também se aprende a ler.** Revista Eletrônica científica ensino interdisciplinar. Disponível em: <https://natal.uern.br/periodicos/index.php/RECEI/article/view/1008> . Acesso em: 06 de outubro de 2020.

Diário de Pernambuco. Arraes 100 anos. **A Construção do mito.** 2016. Disponível em: https://blogs.diariodepernambuco.com.br/arraes100anos/project/a-construcao-do-mito/?doing_wp_cron=1698250722.9941790103912353515625. Acesso em: 25 de out. de 2023.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. **A Construção do Saber.** Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. Belo Horizonte. Artmed; Editora UFMG. 2008.

EGGERS, Andreia. **Administração Empresarial e a Contribuição para a Definição da Administração Escolar.** In: **Querino Ribeiro: um estudo sobre a origem da administração escolar no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. UNIOESTE, Cascavel/PR, 2016. p. 14-31. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3313/5/Andreia_Eggers2016.pdf. Acesso em: 26 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981. 5ª edição. p.11.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo/ Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2017. 64ª edição. cap 1.p. 17.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo. Editora Cortez, 2001. 5ª edição. Disponível em: [em:file:///C:/Users/HP/Downloads/a-educao-na-cidade-paulo-freire%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/HP/Downloads/a-educao-na-cidade-paulo-freire%20(1).pdf). Acesso: 25 de ago. de 2023.

GERMANO, José Willington. **De pé no chão também se aprende a ler: política e educação no Rio Grande do Norte, 1960-1964**. 1981. 224f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1577914> . Acesso em: 06 ago.2023.

GERMANO, José Wellington. **Lendo e aprendendo: “a campanha de pé no chão”**. São Paulo. Cortez Editora. 2º ed.1989.

GÓES, Moacyr de. **Educação Popular, Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, Paulo Freire & Movimentos Sociais Contemporâneos**. Disponível em: https://dhnet.org.br/moacyr/a_pdf/moacyr_educ_popular_paulo_freire_movimnetos.pdf. Acesso em: 06 de outubro de 2020.

GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler- uma escola democrática**. São Paulo. Cortez Editora. 2º ed. 1980. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/livro_moacyr_de_pe_no_chao_1980.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

LEITE, José Evangilmárisson Lopes. **Em nome da ordem: a Prefeitura Municipal de Natal como espaço da sub-versão**. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_e5a97e94644a29af8d94bf212353237e. Acesso em: 06 ago. 2023.

LIMA, Antônio Bosco de.; PRADO, Jeovandir Campos do. & SHIMAMOTO, Simone Vieira de Melo. **Gestão Democrática, gestão gerencial e gestão compartilhada: novos nomes velhos rumos**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. 13 f. São Paulo. abril, 2011. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0069.pdf>. Acesso em: 06 set. 2023.

LIMA, Telma Cristine Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**, Florianópolis, v.10, n.10, p. 37-45, fev./abr. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179613967004> >. Acesso em: 11 abr. 2023.

MARANHÃO, Alexandre de Albuquerque. **50 Anos da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler**. Disponível em: <https://vermelho.or.br/2011/02/24/50->

anos-da-campanha-de-pe-no-chao-tambem-se-aprende-a-ler/> Acesso em: 17 de Setembro de 2020.

MARQUES, Berenice Pinto. **Os direitos à cidadania no governo de Djalma Maranhão (1956-1964)**. 2019. 183f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_baa64a98a50c1f0f6245df1e9cbdf747. Acesso em: 06 ago. 2023.

OLIVEIRA, Roselia Cristina de. **Falas silenciadas: relatos de mulheres/educadoras sobre a campanha de pé no chão também se aprende a ler**. 2005. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18324>. Acesso em: 06 ago. 2023.

Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal nº 13.005, de 2014. Brasília: MEC, 2014c. BRASIL. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em: 26 de ago. 2023.

PRANTO, Aliny Dayany Pereira de Medeiros. **Os acampamentos da campanha “De pé no chão também se aprende a ler” e as relações dialógicas com a comunidade local**. 2018. 261f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26789>. Acesso em: 06 ago. 2023.

PIRES, P.; GONÇALVES, R. **A gestão democrática no contexto da legislação brasileira: lutas e embates para a democratização do ensino público**. In: Revista de Gestão e Avaliação Educacional, 1(1). Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/36395>. Acesso em: 03 set. 2023.

SANTIAGO, Claudia Cristina Taboada de Mathias. **Gestão Democrática da Escola: Contribuições dos referenciais Freireanos nas Pesquisas Acadêmicas (1992-2007)**. 2009. Dissertação (Mestrado)- Educação, Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2009.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>. Acesso em: 07 set. 2023.

SILVA, Jeane Lopes da. **Conselhos Escolares: por uma alfabetização democrática**. 2020. 97f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de

Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/29175>. Acesso em: 06 ago. 2023.

SPINELLI, Pablo Cruz. **O livro de leitura da campanha de pé no chão também se aprende a ler/RN: um estudo dos pressupostos histórico-culturais**. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_6f2489ba09fc95b2da2eb21b63444489. Acesso em: 06 ago. 2023.

SOARES, Leôncio e FÁVERO, Osmar (orgs). **Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular**. MEC/UNESCO. Revista Brasileira de Educação 15 (44). ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: Ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/fz8SVQ3RXBKkh7yN9nFfKGb/?lang=pt>. Acesso: 15 set.2023.

TEIXEIRA, Walkyria de Oliveira Rocha. **A educação profissional na Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler : de pé no chão também se aprende uma profissão**. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1530>. Acesso em: 06 ago. 2023.

TI-IDEAL. Parceiro Legisweb. Meu site Contábil. **Tabelas Práticas**. Limeira/SP. Disponível em: <http://www.idealsoftwares.com.br/tabelas/tabela.php?id=351>. Acesso em: 21 de out. 2023.

VIDAL, Diana Gonçalves. **80 Anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**: questões para debate. Educ. Public. São Paulo. v. 39, n. 3. p. 577-588. jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/L9NXYsJMYvyRSvPfpPxZRgSq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2023.